

QUATRO MILÊNIOS DE EXISTÊNCIA JUDAICA.

Uma resumida História Geral israelita, dos primórdios aos nossos dias (III).

—————
(Conclusão).

— XVI —

OS CRISTÃOS-NOVOS NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA DURANTE A ÉPOCA COLONIAL.

Ao apresentarmos a história dos israelitas no Brasil e nos demais territórios latino-americanos durante a época colonial, devemos prestar, de antemão, o seguinte esclarecimento: não se pode tratar neste capítulo da mesma maneira como foi a descrição da história judaica na Inglaterra, França e em toda a Europa. Ali existiram sempre comunidades e instituições, vida religiosa, espiritual e social; aqui devemos falar de cripto-judeus, cristãos novos, judeus clandestinos e convertidos, os quais tinham de fazer o possível para encobrir o fato de serem “judaizantes”, ameaçados que viviam pela Inquisição.

Escassas são as fontes e os documentos históricos. Exceção feita de poucos decênios no Norte do Brasil, não houve nem pôde haver comunidades israelitas e quase não houve homens que livremente pudessem declarar-se israelitas. Não há documentos de memórias escritas por judeus, nem obras israelitas científicas, nem velhos cemitérios ou sinagogas, — exceto o **Pinkhas**, livro comunal de Recife (Pernambuco) encontrado por Wischnitzer (18) nos arquivos da comunidade-mãe em Amsterdão. Geralmente, as únicas fontes são algumas referências em relatos comerciais sobre a economia colonial daqueles séculos e as atas da Inquisição, cuja maior parte ainda jaz, escondida e esquecida, nas sombras de arquivos, atrás de portas trancadas

(18). — Arnold Wiznitzer: *Jews in Colonial Brazil*, Columbia University Press 1960; — do mesmo autor: *The Records of the Earliest Jewish Community in the New World*, New York 1954, American Jewish Historical Society.

ou desconhecidas. Sòmente nêstes dias estão sendo feitas pesquisas em Portugal por Anita Novinski.

A corôa portugueza, inicialmente, não se interessava pela Terra de Santa Cruz, deslumbrada como estava, com as maravilhas da Ásia, de onde lhe provinham os metais preciosos. Assim, foi relativamente fácil aos cristãos-novos, tendo à sua frente Fernando de Noronha (1503), radicar-se no Brasil recém-descoberto.

Os arrendatários tiveram de pagar à corôa taxas cumulativas, mandar por ano seis navios carregados de pau-brasil à metrópole, e descobrir novas terras, sendo o primeiro prazo de dez anos renovado por mais um decênio. Os navios, na viagem de volta ao Brasil, duas vêzes por ano, traziam cristãos-novos e degredados. Enfim, o pau-brasil começou a interessar não sòmente aos piratas, mas também ao próprio Dom Manuel que, desde então, começou a favorecer a colonização do país. Além da exploração do pau-brasil, a indústria do açúcar despertou o interesse da mãe-pátria.

Bem significativa é a história da plantação do açúcar no Brasil. Certo número de cristãos-novos, sob circunstâncias das mais trágicas, foram refugiar-se da península ibérica nas ilhas da Madeira e São Tomé, onde lhes roubaram os filhos menores, para serem educados pelos jesuítas como católicos.

Êstes cristãos-novos prosseguiram na sua migração chegando, enfim, ao Brasil e à América Central, trazendo de São Tomé e da Madeira os conhecimentos da plantação da cana e do engenho de açúcar, introduzindo essa indústria na região da capitania de Pernambuco, onde fixaram residência.

Instaladas as capitanias-mores, as autoridades encontraram então cristãos-novos no solo brasileiro que alí se tinham radicado já há mais de trinta anos em meio dos indígenas. Hoje não existe mais dúvida sôbre o fato de que João Ramalho, por exemplo, ser cristão-novo (19). A posição daqueles que vi-

(19). — Vide Frederico Pinkuss e Júlio de Gouvêa: João Ramalho e a Inquisição em "O Estado de São Paulo", de 15 de fevereiro de 1945, pág. 4.

João Ramalho usava entre os seus dois nomes, onde no mesmo lugar os cristãos contemporâneos faziam o símbolo da Cruz, uma letra que verificamos nos documentos originaes ser o Kaf hebráico. Sendo êste símbolo do seu credo, achamos muito provável que é a abreviação de Kafúi, idêntico a Anús, o que significava na linguagem rabínica: aquêlê que é forçado — marrano.

Êste uso de símbolos da parte dos cristãos-novos parece ter sido costumeiro. Assim me contou Arnold Wischnitzer que achou no verso do manuscrito de Bento Teixeira, primeiro poeta brasileiro, o desenho da ave fénix. Pela lenda grega a fénix, uma vez incinerada pelo fogo, renascia das cinzas. Tal símbolo servia aos marranos para identificar-se, afirmando: — havemos de ressurgir do fogo do auto-da-fé.

viam com os índios era de tal forma segura, que êle ousou recusar aos padres a prática do culto católico, permitindo todavia, a observação do mesmo à sua gente.

O número de “judeus” no Brasil aumentou de ano para ano, desde que se introduziram em Portugal os tribunais de fé. A permissão de emigrar para o território brasileiro, a partir da segunda metade do século XVI foi cada vez mais dificultada e até proibida pelas autoridades portuguesas, mas quase sempre era obtida ainda por dinheiro e justificada pelo fato de que êste país tinha grande necessidade de povoamento. Diante disso até os jesuítas deixaram de aplicar a sua doutrina com o rigor costumeiro. Quando Portugal estava unido à Espanha, a crueldade dos decretos anti-semitas fez com que cada vez mais “judeus” fôsem refugiar-se no Brasil, onde, — como é relatado na documentação — em Salvador, na Bahia de Todos os Santos, naqueles dias instalaram a sua primeira sinagoga.

Dadas as suas relações de parentesco com os sefaradim residentes nos centros europeus de comércio, foram os cristãos-novos colaboradores eficazes no desenvolvimento da exportação brasileira de produtos medicinais, da pau-brasil, do fumo, do algodão, e especialmente do açúcar, cuja plantação e engenho introduziram na colônia, como já relatamos. No fim do século XVI, contavam-se já oitenta engenhos de açúcar na região de Pernambuco. Com êste comércio de exportação estabeleceu-se a primeira época da prosperidade do país, sob intensa participação dêstes cristãos-novos, refugiados da península ibérica.

Em 1621 foi instalada a Inquisição no Brasil, proibindo o rei, definitivamente, a partir de 1624 a vinda de judeus e cristãos-novos. Já se preparavam os marranos para regressar à Europa, quando chegaram os holandeses e, com o seu domínio, a situação sofreu uma grande alteração. Esta mudança, como é natural sob tais circunstâncias, foi vivamente aplaudida pelos cristãos-novos, os quais ajudaram os seus libertadores na conquista da Bahia e de Recife, recebendo dêles a permissão de praticar sua fé israelita publicamente. Na companhia de João Maurício de Nassau chegaram muitos judeus a Pernambuco, e os cristãos-novos, alí residentes, voltaram livre e publicamente ao seio do Judaísmo. Formou-se, nesses dias, uma comunidade israelita, da qual sabemos os nomes e as atividades de seus membros.

Nos dias do domínio holandês houve, em Recife e na Bahia, comunidades de cêrca de três mil almas, noutros lugares, como

em Olinda e em Belém do Pará, desenvolveu-se ativa vida religiosa israelita, faltando, todavia, documentação. Em 1642 pediram os judeus de Pernambuco aos seus irmãos de Amsterdão que lhes enviassem um rabino, para terem um chefe espiritual. Chegaram ao Brasil Dom Isac Aboab da Fonseca, que regressou após alguns anos aos Países-Baixos, — provavelmente o primeiro rabino que viveu no hemisfério ocidental, — e outro sábio, Moisés Rafael de Aguilar. O conhecido rabino Manasse Ben Israel, o mesmo que negociou com Oliver Cromwell a readmissão de seus irmãos na Grã Bretanha, teve a intenção de emigrar para Recife, falecendo, todavia, durante uma das suas viagens à Inglaterra.

As cousas mudaram profundamente com o fim do domínio holandês em 1654. No armistício que se seguiu à reconquista, foi estipulado que seriam introduzidas novamente as mesmas leis que nos respectivos territórios haviam vigorado antes da conquista holandesa, pelo que os judeus foram tratados no Brasil da mesma forma como na metrópole portuguesa. Decorridos apenas três meses foi, conseqüentemente, reintroduzida pelo vigário-geral a Inquisição.

Dois caminhos apresentaram-se então aos judeus: ou aceitar o batismo forçado, ou emigrar. Desde aquêles dias sombrios do século XVII, encontramos em tôda a parte da América do Sul cristãos-novos, refugiados do Brasil, em geral denominados simplesmente de portugueses. A população começou a misturar-se com aquêles que, à fôrça, converteram-se ao Catolicismo. Costumes, característicos físicos e mentais, nomes de plantas, de animais e de objetos, como sobrenomes, em muitas das mais velhas famílias sul-americanas ainda hoje fazem lembrar a existência de sangue israelita.

A Inquisição perdurou. Recapitulemos a sua história no Brasil: em 1536, pelo tratado nupcial de Dom Manuel, fôra ela estabelecida em Portugal. O Brasil, onde jamais existira Santo Offício, era um asilo para os cristãos-novos. As capitânicas tinham dificuldades em povoar o país. Desde que as massas dos imigrados da Europa acorriam às riquezas das Índias, asseguraram estas capitânicas aos seus imigrados estrangeiros, entre eles aos cristãos-novos, os seus direitos pessoais. O Santo Offício, que não apreciou tal atitude "judeófila", mandou, desde os meados do século XVI, mensageiros da metrópole para o Brasil, com o fim de preparar o material para os primeiros processos a serem encaminhados a Portugal contra brasileiros-judaizantes. Em 1573, deu-se o primeiro auto-da-fé em Salvador na Bahia de Todos os Santos.

Por duas razões o Santo Ofício não conseguiu radicar-se no Brasil: 1). — faltava a opinião pública em seu favor; o primeiro governador geral Tomé de Souza, reconheceu os serviços dos cristãos-novos prestados ao Estado, e respeitou a influência dos mesmos na economia; 2). — houve desentendimentos entre o Santo Ofício e a Companhia de Jesus que, especialmente, no Brasil Central, se dedicava à tarefa de desenvolver o país.

Durante a época da reação contra o domínio holandês, foram os judeus aprisionados entregues às autoridades da Bahia e mandados a Lisboa. No século XVII, aparecem, constantemente, em Portugal, colonos brasileiros, vítimas da Inquisição, chegando a mesma ao seu apogeu no comêço do século XVIII, quando entraram em Lisboa entre 1707 e 1711 mais 500 pessoas acusadas de judaizantes. Em 18 de outubro de 1739, sofre Antônio José, nascido no Rio de Janeiro, descendente de judeus, na idade de 34 anos, o suplício do fogo, em Lisboa. Esta personalidade, da qual o teatro nacional tinha de esperar ainda muita cousa, fôra denunciada por uma escrava e presa como judaizante. Os guardas da prisão confirmaram a denúncia e, na presença da mãe e da família, foi Antônio José vítima do auto-da-fé.

Estas perseguições fizeram com que, rapidamente, decaíssem o comércio e as relações mercantis da colônia. Tão importante, todavia, continuava a posição dos cristãos-novos no país, que a corôa se viu obrigada a eximir do confisco os engenhos de açúcar, por estarem os mesmos quase que exclusivamente em mãos de marranos. No fim do século XVIII, o Marquês do Pombal equiparou os cristãos-novos aos cristãos-velhos, o que praticamente significou o fim da Inquisição. Em 1810, foi celebrado no Rio um tratado comercial entre o Brasil e a Inglaterra, no qual se estipulou que os estrangeiros residentes no Brasil não seriam perseguidos. **De jure** foi a Inquisição abolida com a declaração da Independência.

A história dos israelitas e marranos nos demais territórios latino-americanos, desenvolveu-se de forma bem parecida.

Nos primeiros anos dos descobrimentos radicaram-se marranos especialmente nas ilhas da **América Central** e o seu número aumentou, de maneira que, em 1559, alí se introduziu a Inquisição. É relatado o fato curioso do tribunal de Inquisição não encontrar no grupo dos intelectuais nenhuma pessoa indicada para servir de fiscal, pela simples razão de que quase todos os funcionários eram suspeitos de "descendência judaica". Mas mesmo após a introdução da Inquisição continuavam a

viver relativamente bem, sem serem perturbados; dizem que houve até alguns casos em que legítimos cristãos se converteram ao Judaísmo em Curaçao, por ser colônia holandesa. Ainda hoje existe naquelas ilhas uma velha população israelita.

Entre os primeiros conquistadores e colonizadores do México, na Nova Espanha, houve número relevante de judeus, entre os quais se destacou Luís de Carvajal, nascido em 1539 em Portugal e que chegou ao México em 1567. O governo espanhol, apesar da sua atitude altamente anti-judaica, favoreceu esta imigração para o México, por que logo viu ser ela um elemento útil para a colonização dos territórios recém-conquistados por Cortez. Luís de Carvajal, logo eleito prefeito de Tampico, gozou de grande reputação no meio dos indígenas, os quais, devido à sua intervenção amigável, mas forte, suspenderam as suas invasões nas novas colônias. Dizem que foi êle quem mandou abrir as primeiras minas de prata. Como recompensa foi declarado governador do nôvo reino de León. Carvajal ficou no seu íntimo israelita, e mandou vir mais de cem marranos da Espanha para o México. Em todos os casos que marranos prestaram serviços relevantes ao desenvolvimento das colônias, surgiu de repente a reação destruidora da Inquisição, afastando os pioneiros da sua obra bem sucedida. Em 1596 Carvajal e mais 120 almas sofreram o suplício do fogo por observarem "a Lei de Moisés". Apesar do golpe mortal que então aniquilou os marranos, imigraram, de nôvo, alguns israelitas a partir de 1605, ano em que o rei proclamara uma anistia para os judeus ainda não executados. Mas também os próximos decênios são, outra vez, caracterizados pela fúria da Inquisição. Até 1795 houve processos contra o "Delito de Judaísmo", de maneira que na época da emancipação quase não houve mais pessoas que se declarassem de fé israelita. Na Cidade do México ainda existe hoje uma "Plaza de la Inquisición".

Em conseqüência das dificuldades que ameaçaram os cristãos-novos do Brasil, especialmente depois de serem os mesmos expulsos dos territórios brasileiros, chegaram muitos marranos aos países do Rio da Prata, onde, mais uma vez, a palavra "português" tornou-se indêntica à de judeu. A imigração não foi muito bem recebida em Buenos Aires. Pediu-se já em 1610 a instalação dum tribunal de Inquisição contra os "judaizantes" do Chile, Paraguai e de Tucumán; êste pedido foi reiterado em 1636 para Tucumán, onde a maioria dos marranos tinha fixado residência; os casos foram enviados ao tribunal central em Lima, no Perú, não se criando ainda um próprio officio naquela província.

Uma tragédia das mais comoventes foi a do médico Francisco Maldonado da Silva, residente em Tucumán. Este tinha sido cristão fiel até alcançar a idade de 18 anos, quando soube de seu pai moribundo, que a família era de origem israelita. Francisco, de então em diante, estudou a Bíblia, observou a maioria das leis religiosas israelitas, e fez a operação da circuncisão no seu próprio corpo. Confessou êste segredo da família à sua irmã, que o traiu à Inquisição. Foi por esta martirizado durante doze anos, sem ceder à pressão de forma alguma, e sofreu o suplício do fogo a 23 de fevereiro de 1639. Em um dos auto-da-fé foi incendiado o retrato de Diego Perez D'Acosta, irmão ou sobrinho de Vitória, primeiro bispo de Tucumán, que no século XVI introduziu na Argentina a indústria de açúcar, estabeleceu uma rêde de comércio internacional e sabia desenvolver a economia colonial sem a interferência da metrópole espanhola.

A-pesar-de serem severamente vigiadas as costas do Rio da Prata, chegavam cada vez mais cristãos-novos do Brasil e conseguiram rapidamente infiltrar-se no interior daqueles territórios. Havia sempre alguns casos de processos da Inquisição contra "judaizantes" até nas vésperas da declaração da Independência, quando o número de marranos foi estimado em seis mil almas. Na Argentina, parte dos cristãos-novos misturou-se, como no Brasil, com as velhas famílias cristãs. Muitos, nos seus caminhos e viagens comerciais, chegaram aos países vizinhos a até ao Perú, desenvolvendo o entrelaçamento econômico entre os países sul-americanos.

Já quarenta anos após a conquista do Perú por Pizarro, houve nesse país de Castela-Nova colonizadores israelitas, vivendo em paz nos primeiros decênios, de maneira que quase abertamente praticavam a sua religião. Nas suas viagens comerciais foram, como acabamos de relatar, judeus de Buenos Aires até Lima. Depois de 1580, chegaram marranos diretamente da península ibérica. Diante de tudo isso emitiu a Inquisição, finalmente, as suas diretivas, determinando que fôsse denunciado quem trocasse vestes na tarde de sexta-feira (indício de que se preparava para a celebração do dia de *shabat*), observasse algo do ritual das festas israelitas ou se recusasse a comer carne de porco. Em 1635 foi aniquilada a colônia de cristãos-novos pela Inquisição. Quando veiu a contra-ordem do govêrno espanhol, já era tarde, pois quase por completo, da forma mais brutal, foram exterminadas as pobres vítimas, judeus e muçulmanos. Ainda hoje se mostra em Lima o prédio da Inquisição, ao lado da famosa Universidade de

San Marcos. Novos imigrados não chegaram mais ao Perú, onde aquêles bem poucos que, por acaso, sobreviveram à tragédia do extermínio, sempre suspeitos pela Igreja, perderam o contacto com o Judaísmo.

A colonização do **Chile** teve lugar, partindo do Perú. O número de marranos foi, em 1636, julgado pelo comissário de Santiago em 28 almas. Era provavelmente muito maior, pois certo número de comerciantes chegara pelo caminho da Espanha via Buenos Aires-Tucumán, ao Chile. Assim, é de se supôr que naquele século XVII houvesse centenas de negociantes cristãos-novos, os quais foram perseguidos pela Inquisição que estabeleceu em Concepción um tribunal filiado ao de Lima. A inveja dos comerciantes cristãos, residentes nas Capitais, favoreceu ou até exigiu a expulsão dos imigrados judeus e maometanos, como o fito de se livrarem da sua concorrência.

Na **Colômbia** houve, durante a época colonial, um tribunal que funcionava em Cartagena e que executou tôda uma comunidade de cristãos-novos. Os habitantes da província de Antioquia, no noreste, declaram-se descendentes de marranos. A própria população, que fala um idioma cheio de palavras oriundas do velho castelhano, conserva a recordação da sua ascendência judaica.

Grande foi a tragédia dos que, em 1654, resolveram emigrar do Brasil para além-mar, em vez de aceitar o batismo. Das dezesseis embarcações cheias de judeus que demandavam Amsterdão, catorze foram interceptadas e destruídas por piratas. Sòmente dois navios conseguiram salvar-se. Um dêles chegou às colônias francesas das Índias Ocidentais e os refugiados do Brasil fundaram alí, na América colonial francesa, em Martinica e em Barbados, Jamaica e San Domingo, diversas fazendas de açúcar. Sem receber permissão expressa da parte das autoridades francesas, dominadas pelos jesuítas e por sua legislação, conseguiram êles radicar-se. Já dois anos antes da imigração vinda do Brasil na ilha de Saint Pierre, em 1652, a feira pública fôra transferida de sábado para sexta-feira com o fim de facultar aos judeus observarem o seu dia de descanso tradicional.

Graças a estas colônias conseguiu a América Central estabelecer o seu monopólio no mercado mundial de açúcar, monopólio êsse que antes estava nas mãos do Brasil. Em 1701 orgulhou-se a câmara do comércio de Paris da sua frota comercial, construída com o fim de satisfazer às exigências do transporte de açúcar, produto das Índias Ocidentais. Ainda

hoje encontramos em tôda a parte da América Central os descendentes daqueles fazendeiros, dedicados à sua tradicional profissão, especialmente em Martinica (20).

O outro navio que se salvou, depois de errar muito em alto mar, levou o seu carregamento de judeus brasileiros, vindos de Pernambuco, à Nova Amsterdão, recém-fundada pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, e que mais tarde foi a populosa Nova York.

— XVII —

AS MIGRAÇÕES DOS ASHKENASIM.

No auge da miséria, durante as Cruzadas e as perseguições que a elas se seguiram até 1450 aproximadamente, transferiu-se, em um movimento ininterrupto, para o Leste europeu, o grosso daqueles judeus que, em séculos anteriores tinham ativamente cooperado na expansão do Império germânico. Na Polônia e nos territórios que mais tarde vieram a pertencer ao reino moscovita, foram êles bem recebidos pelos duques e príncipes que sabiam aproveitar-se da sua capacidade de comerciantes, fiscais de impostos, administradores de imensas fazendas e arrendatários dos monopólios de álcool, sal, etc. No decorrer dos séculos, estabeleceram a sua vida coletiva nas organizações comunais, chamadas de **Kahal** (comunidade), chefiadas por sínodos, com autonomia de administração e de jurisdição. Assistimos, naqueles países, até os meados do século XVII a uma vida próspera daqueles judeus do Leste, chamados de **ostjuden**, vindos da Alemanha, Europa Central. Não esqueceram o seu velho país de origem, pois:

1). — O seu idioma conservou o típico alemão medieval, a língua clássica do poeta alemão Walter von der Vogelweide e; misturado com palavras hebraicas e eslavas, tornou-se o **Ydish** que, ainda hoje, se fala.

2). — Levaram para o Leste as vestes do burguês alemão, o **kaftan** (manto) e o grande e típico chapéu.

3). — Conservaram minuciosamente os costumes, como êstes se tinham desenvolvido na Alemanha. Possuimos documentos religiosos, por exemplo, certidões de casamento, que frisam terem sido observados os mesmos ritos que vigoravam nas santas comunidades da Renânia.

(20). — Maiores informações podem ser obtidas em Werner Sombarth, *Os judeus e a Economia*, Berlim.

4). — Dedicaram-se devotadamente aos estudos do **Talmude**, e transferindo-se, assim, os grandes colégios rabínicos da Renânia e da França oriental para o Leste europeu. Nas afa-
madas **Yeshivot** (colégios talmúdicos) da Polônia e da Rússia floresceu o estudo da tradição rabínica até à tragédia da se-
gunda guerra mundial.

Na própria Alemanha reinava a miséria. Poucas comu-
nidades puderam subsistir, e somente com um número redu-
zido de famílias, como as de Frankfort-sobre-o-Meno, Viena e
Praga. Com o desmembramento do Império alemão, em alguns
territórios os judeus receberam certos privilégios de residência,
os quais foram concedidos mediante taxas elevadíssimas. Rabi
Joselmann de Rosheim, no século XVI, tornou-se protótipo
do **Shtadlan**, — representante e interventor — para seus irmãos
desabrigados. Em toda a parte estava este pequeno e ativo co-
merciante alsaciano, intervindo contra calúnias, decretos de
expulsão, perante os príncipes, e até empreendendo uma cami-
nhada ao encontro do imperador para com ele avistar-se antes
de se abrirem os **Reichstage** e de se tomarem resoluções a res-
peito da sorte da sua gente. Nos seus dias viviam David Reu-
beni e Salomo Molcho, aventureiros que se consideravam co-
mo “Messias” — salvadores do povo — e que a Joselmann cau-
saram preocupações, pois suas atividades tornaram-se nocivas
à reputação da coletividade israelita. O primeiro foi recebido
em audiência pelo papa e pelo imperador, apresentando-se como
delegado dum longínquo e fictício império hebreu, chamado
Habor. O outro fazia propaganda veemente em favor de uma
guerra contra os turcos, donos da Terra Santa, na forma duma
cruzada. Ambos sofreram, finalmente, a morte pelo fogo, exé-
cutados pela autoridades imperiais.

Na época da Reforma desaparece o grande interêsse públi-
co pelos judeus, sendo o mesmo consumido pelas lutas contra
as novas religiões protestantes, cujo primeiro fundador, Mar-
tinho Lutero, fingindo ser amigo dos israelitas, tornou-se anti-
semita grosseiro, depois de verificar que não conseguia con-
verter os mesmos ao seu novo credo. Cabe-lhe o triste mérito
de ter êle sido o primeiro a publicamente aconselhar matar os
judeus e incendiar as suas sinagogas. A luta da Igreja dirigiu-
se contra todos os “heréticos”, quer fôsem protestantes, quer
fôsem judeus. Especialmente no Leste europeu, o clero con-
tinuava com as velhas acusações de os hebreus ofenderem o
ritual cristão e de matarem cristãos por motivos religiosos, as-
quais já naqueles dias muito mais do que uma vez eram refu-
tadas pelos próprios papas.

Na época do Humanismo, em que o mundo se voltou para os estudos das línguas e das obras clássicas, também a Bíblia, original hebraica e o seu idioma, tornaram-se objeto da ciência, por parte de judeus e de cristãos. Desde a invenção e a aplicação da arte tipográfica, não era mais possível a nenhuma neação destruir ou fazer desaparecer a literatura hebraica. Johann Reuchlin (1455-1522), famoso humanista cristão, estudou o hebraico e impediu por sua enérgica atitude assumida em público, em luta contra os “homens obscuros” e contra a última tentativa dos monges dominicanos de Colônia queimarem os livros dos judeus. No começo do século XVI, o Papa Leão X permitiu que fôsse impresso o **Talmude**.

Testemunha pelo nível cultural e espiritual dos israelitas o fato de que, entre as obras impressas já antes de 1500, os assim chamados **incunábulo**s, a parte dos livros hebraicos é bastante grande. No fim do século XV, tipógrafos israelitas e não-israelitas, italianos e espanhóis, entre estes as famílias de Daniel Bomberg e dos Soncino de Veneza, fizeram as primeiras edições hebraicas impressas. Não faltaram obras anti-semitas; um alemão, com o nome de Eisenmenger, em 1700, publicou **O Judaísmo Descoberto** em que cita trechos do **Talmude**, interpretando-os de má fé ou por mera incapacidade, erradamente.

Os poucos judeus admitidos gozavam do título de **schutzjuden** (judeus privilegiados). O direito de residência foi concedido ao chefe da família, herdado somente pelo filho mais velho, sendo os outros forçados a emigrar ou a pagar taxas excessivas. Especialmente em Viena e na Boêmia, o número deles aumentou consideravelmente, desde que ali se fundaram “manufaturas”, indústrias, emprêsas comerciais e de financiamento. Em 1600, floresceu a comunidade de Praga, com autonomia de administração, com prefeitura própria, cujo prédio possui um grande relógio com algarismos hebraicos, e muitos monumentos e sinagogas afamadas, especialmente a **Altneuschul** (21), com a bandeira dedicada à coletividade israelita pelo rei Gustavo Adolfo da Suécia, em reconhecimento à sua bravura. Naqueles dias recebeu a capital de Viena um bairro israelita próprio, a famosa **Leopoldstadt**. Banqueiros judeus, residentes como “privilegiados” vindos de toda a parte da Alemanha, financiaram as guerras da casa dos Habsburgos. Várias destas famílias foram elevadas à classe dos nobres.

(21). — O nome é uma concentração do termo rabínico **Al-Tenái**, o que significa “sob condição”, devendo servir o prédio como tal sob condição de ser abandonado, com o retôrno do povo à Terra Prometida na éra messiânica.

A guerra dos Trinta Anos (1618-1648) deixou a Europa em um estado de perfeito esgotamento, espiritual e econômico. Uma nova teoria surgiu, ensinando aos Estados o método de reconstruir e fortalecer sua situação financeira e a economia nacional: o mercantilismo. Esta doutrina recomenda que seja produzida a maior quantidade possível de mercadorias e seja o maior contingente exportado, com o fim de enriquecer a nação de novo com dinheiro e ouro.

Esta teoria propagava a industrialização dos países. Ora, nos tempos anteriores à invenção das modernas máquinas, indústria significava fabricação a mão, uma empresa, portanto, de **"manufatura"**. Fundaram-se naquela segunda parte do século XVII, manufaturas em todos os territórios e Capitais. De onde, porém, vieram aqueles que possuíam a capacidade e meios bastantes para estabelecer e sustentar tais empreendimentos? — Antes de responder a esta pergunta, voltemo-nos à situação no Oriente europeu.

No mesmo ano em que, com a paz da Westfália, termina a guerra dos Trinta Anos, em 1648, a situação dos judeus do Leste até então satisfatória, encontra-se profundamente abalada. Os camponeses ucranianos, assistidos pelos cossacos chefiados por Chmielnicki, levantam-se em revolta sangrenta contra os nobres, ricos proprietários das imensas fazendas, que abusavam da sua posição de patrões perante os seus súditos. Os administradores gerais destes latifúndios, os seus encarregados de negócios, eram judeus que tinham de cumprir as ordens dos donos cruéis e degenerados. Ora, o furor das massas contra a opressão foi desviado contra os hebreus, os quais, como simples órgãos executivos dos patrões, não eram os culpados da miséria em que estes faziam viver os pobres. Os revolucionários, sem clemência, destruíram as comunidades israelitas. Seguiu-se, em 1654, uma invasão moscovita na Rússia Branca e Lituânia, acompanhada igualmente de **pogromes** (22). Em 1656, os suecos inundaram a Polônia ocidental, o fato de os judeus por eles não serem massacrados, foi suficiente para que a população os considerasse como traidores da sua causa. Naquele decênio, a partir de 1648, foram assassinados 675.000 judeus e muitas centenas de milhares de novo forçados a emigrar. Nos anos que se seguiram, o clero polonês fez, da sua parte, tudo para instigar as massas contra estes, mesmo contrariando os conselhos emanados dos altos chefes da Igreja. Na segunda metade do século XVII, chegou por mero acaso, —

(22). — Extermínio em massa.

devido à morte de seu irmão mais velho, — ao trôno de Viena, Leopoldo I, que fôra educado como jesuíta e aspirava mais ser cardeal do que imperador.

Este expulsou os judeus, contra a opinião do govêrno e do povo, de Viena, onde residiam no seu bairro de **Leopoldstadt**.

Nessa situação, em que as massas israelitas do Leste europeu estavam oprimidas, obrigadas a emigrar, os príncipes dos territórios centro-europeus, ofereceram “privilégios” e novos lares a um número certo de judeus ricos, sob a condição de que êstes fundassem aquelas manufaturas que a teoria mercantilista recomendava como sendo úteis à economia dos Estados. Êstes “privilegiados”, judeus ricos, chamados de Viena e do Leste europeu em geral, fundadores de manufaturas e também banqueiros e arrendatários dos monopólios públicos de sal, fumo e produtos coloniais, reorganizaram as finanças de um sem-número de territórios europeus. Seus nomes são encontrados em tôdas as cidades e côrtes. Foram êles os fundadores das novas comunidades israelitas em tôda a Europa central, as quais, desde o fim do século XVII e da primeira metade do século XVIII, existiram até serem destruídas pelas hordas nazistas a partir de 1933.

Uma Patente de “Judeu-Privilegiado”

(**Juden-Schutzbrief**)

Da própria família do autor.

Tradução:

Nós, Ludovico, pela mercê de Deus, Grã-Duque de Hessen, Duque da Westfália, etc. etc., documentamos com esta, que aceitamos o rapaz israelita Kaufmann Kornsand, natural de Leeheim, distrito de Dornberg, na Nossa Proteção até segunda ordem, — a qual todavia lhe será avisada com antecedência de um ano inteiro, — para morar em Leeheim, sob a condição explícita que o mesmo terá de comportar-se de conformidade com o regulamento em vigor para os judeus (**Judenordnung**) e com tôdas as demais leis e decretos do soberano, observando-os todos; — que seja fiel, obediente e leal da mesma forma como todos os Nossos súditos, — que pague trimestralmente com antecedência a taxa determinada de proteção e que tome em devida consideração o cumprimento de todos os decretos sôbre contribuições a serem futuramente fixadas.

Ordenamos com esta a todos os Nossos oficiais a dispensar a êste judeu Kaufmann Kornsand, aceito na Nos-

sa proteção, tôda a ajuda, assistência e proteção, às quais possam fazer juz os protegidos.

Esta proteção, todavia, estende-se exclusivamente a êle, sua mulher e seus filhos, enquanto os mesmos estiverem solteiros, sustentados por êle ou estando em serviços de outrém. Caso os mesmos, porém, ganharem a sua própria vida ou quizerem casar-se, serão obrigados a provar que dispõem das qualificações necessárias para se tornarem “judeus privilegiados” (*Schutzjuden*), a requerer a Nossa proteção e a aguardar a Nossa decisão.

Vale esta como documento por meio da assinatura e do selo impresso anexo da Nossa Câmara de Côte do Grã-Duque.

Dada em Darmstadt, aos 11 dias de setembro de 1815.

**PELA MAIS ALTA ORDEM
DA CÂMARA DE CÔRTE DO GRÃ-DUQUE DE HESSEN;**

aí mesmo

o selo impresso

ass. Bodé — Hofmann

— XVIII —

**A SITUAÇÃO SOCIAL E ESPIRITUAL NOS DOIS SÉCULOS
ANTES DA EMANCIPAÇÃO.**

Pela primeira vez na História, nos séculos XVII e XVIII, com a legislação dos Estados que admitiram somente os judeus ricos, estabeleceu-se uma diferenciação de classes no meio israelita. O judeu rico foi considerado como o judeu bom, o pobre foi o indesejado. Mas, êstes homens “privilegiados” contrabalançaram tal tentativa de difamação dos pobres: a sua vinda, em tôda a parte, e a fundação das manufaturas, efetuaram-se sob uma condição, a de levarem os ricos consigo todos os seus empregados israelitas com as respectivas famílias. Mais ainda, os “privilegiados” responsabilizaram-se perante as autoridades pelos judeus sem-meios e desamparados, que migravam sem receber licença de radicar-se. Assim, desde o início, as novas comunidades assumiram certo vulto, sempre dependendo de um ou de alguns judeus ricos, aos quais, inicialmente, foi proibido construir sinagogas, mas era permitido reunirem-se os féis em casas particulares para os serviços religiosos e fundar um cemitério próprio, direito do qual fizeram questão. Sômente no decorrer dos anos, foi-lhes permitido erigir templos; e, numa cidade como a de Berlim, existiu durante séculos a proibição de que uma sinagoga fôsse construída num terreno dando para uma rua pública.

Estes judeus ricos, que encontramos em tôdas as côrtes europeias, viviam uma existência abastada; e, por serviços relevantes prestados aos príncipes, foram muitos dêles elevados à classe dos nobres. Este tipo de homens serviu às côrtes, no tempo em que faltavam ainda os institutos de crédito nacional, como banqueiros e financiadores, reorganizadores das finanças públicas, por muitas guerras e por desperdício muitas vêzes desequilibradas. Estes **Hoffaktoren**, “fatores da côrte” foram os grandes orientadores da economia dos Estados; encontramos os seus nomes ligados a esta incumbência, em tôda a parte: Samuel Oppenheimer de Heidelberg, em Viena antes da expulsão; Josef Suess Oppenheimer em Wuerttemberg que introduz monopólios de sal, pimenta, vinho, fumo, uma manufatura de porcelana e de sêda; Elias Gompertz em Berlim, onde funda a tecelagem de casemira de lã; Bernhard Eskeles em Viena, fundador da Caixa Econômica; os banqueiros Rothschild em Frankfurt, Londres, Paris, Nápoles; Aron Seligmann e outros no Palatinato.

A sua posição social permitiu-lhes contratar professôres para seus filhos, os quais, mais tarde, se formaram nas Universidades, em medicina, filosofia, continuando outros nas funções dos pais, como herdeiros de grandes emprêsas. As dificuldades surgiram, em geral, quando os filhos queriam casar-se, ou quando já entravam na maioridade e necessitavam do próprio “privilégio” de **Schutzjuden** (judeu tolerado) com direito de residência. Nos vários territórios vigoravam leis diferentes. Em geral, foi concedida uma patente sômente ao filho mais velho; na Boêmia e na Morávia o contingente de tais concessões era restrito, de forma que a nova geração conseguiu radicar-se e fundar família sômente à medida que os “judeus privilegiados” da velha geração iam falecendo. Este sistema, porém, era em tôda a parte cada vez mais abandonado, quando os príncipes se viam na contingência de aumentar sua renda e, por tal motivo, aumentavam o número dos **Schutzjuden**, exigindo, em geral, preços exorbitantes pelas patentes.

A massa do povo vivia na mais triste miséria; sem ser admitida às demais profissões, sustentava-se pelo pequeno comércio ambulante. Em tôdas as estradas encontravam-se judeus mendigantes, paupérrimos, sem educação, sem conhecimentos da língua do país, tolerados sômente porque os judeus “privilegiados” por êles se responsabilizavam perante as autoridades locais.

A humilhação contínua durante séculos, a pobreza e a situação instável, fizeram com que estas massas anônimas esperas-

sem por uma salvação milagrosa. Até os rabinos não sabiam intervir em prol da sua educação e da melhoria das suas condições de vida. Judeus, eternos migrantes, presos sempre de novo nos **ghettos** apertados, não podiam participar do progresso da civilização européia. Estava assim o solo preparado para a propagação de doutrinas místicas e de superstição. Muitos se dedicaram à mística da **Kabalá** que nos séculos XVI e XVII recebera novo estímulo pelas obras afamadas de Rabi Isac Lúria, judeu palestinese da cidade montanhosa de Safet. Espalharam-se lendas milagrosas sobre sua vida e sua fé. Discípulos entusiastas propagaram a sua doutrina.

Outro homem, com a sua vida e seus ensinamentos chegou a perturbar os ânimos em meados daquele século XVII; foi Sabatái Zvi, em Esmirna; personalidade fascinante, fez êle em 1655 declarar-se em Jerusalém como **Messias** (Salvador). Por intermédio dos relatos dos diplomatas, os judeus, especialmente os **sefaradim**, em todos os países, receberam notícias contínuas sobre os atos de Sabatái. Possuidas de entusiasmo fanático por êle, as massas do Oriente Próximo e os **sefaradim** europeus acreditaram em tudo o que êste “Messias” proclamava. Como uma enfermidade, êste delírio pegou, também, nos centro-europeus, **ashkenasim**. O único livro judaico de memórias que daquela época chegou às nossas mãos, as famosas memórias da Glueckel de Hameln, relata que um sem-número de judeus alemães e holandeses, gente séria, venderam as suas posses, com o fim de se prepararem para a volta à Terra Santa. Muitos fanáticos praticavam rituais especiais de jejum e de castigo para se tornarem dignos de participar da salvação. Em tôda a parte judeus e cristãos esperavam com ânsia e fervor as notícias do Levante. Quem, como os líderes sérios e concienzosos, falava contra Sabatái Zvi ou contra o culto idólatra feito por êle e com êle, corria perigo de vida, pois até parte dos rabinos acreditava naquele “Messias”, e usava amuletos por êle distribuidos. O movimento “messiânico” fracassou depois que Sabatái foi preso, como aventureiro político, pela polícia do Sultão. Êle então converteu-se ao Islão e, mesmo depois desta conversão, a maioria dos seus aderentes orientais não o abandonou. Ainda hoje existe na Turquia uma seita islamo-judáica, fiel a Sabatái Zvi, que se chama **Doen-Meh**.

Grandes e profundos eram os anseios das massas, e já no século XVIII surgiu na Polónia e na Alemanha meridional outro movimento messiânico, nutrido por Jacob Frank, que mais tarde se converteu ao Catolicismo, radicando-se em Offenbach-

sobre-o-Meno, onde residiu com luxo e desperdício, sustentado pelas contribuições dos seus adherentes.

Bem mais sério, no entanto, foi aquêl movimento de importância histórica que não foi feito por “messias” patológicos: o **chassidismo**, movimento de renascimento religioso. Os tempos que preparam o caminho e o crescimento da mística, são os dos anseios e das saudades das massas, das perturbações e das mudanças políticas. O século XVII é para tôda a Europa a época da mística; o barrôco com a escuridão que reina nas igrejas construídas nesse estilo, as pinturas, as fachadas, muitas vêzes por demais torcidas, tudo isso fala a mesma linguagem, o segrêdo, o oculto. A éra do John Locke e David Hume, os grandes realistas da filosofia, é ao mesmo tempo a dos grandes movimentos místicos. Em 1649 funda-se a sociedade dos **quakers**; Francisco de Sales e Jacob Boehme escrevem, no mesmo século, suas obras místicas. A situação política favoreceu estas tendências, pois a humanidade européia estava cansada, com saudades de paz e de segurança na devoção religiosa.

No Leste europeu desenfreou-se a sangrenta revolução de Chmielnizki que destruiu grandes centros israelitas. O Judaísmo dos rabinos não sabia confortar as massas desabrigadas e abaladas pela tragédia. O estudo do **Talmude** era o refúgio espiritual para aquêles que nêle foram educados. Êles se reuniram nas grandes **Yeshivôt** (colégios); o **Talmid-Chacam** (sábio do Talmude) era considerado o homem nobre. Os ricos comerciantes deram suas filhas em matrimônio aos estudantes do **Talmude**; em muitos casos os homens foram estudar nas **Yeshivôt**, deixando às mulheres a tarefa de sustentar a família. Na mesma época em que Rabi Moisés Isserles de Cracov comentou e alargou o **Shulcan Aruc** (23), introduziu-se nas **Yeshivôt** um método errado de interpretação do **Talmude**, o **Pilpul** (pimentão), que com explicações torcidas, sutilezas, sofismas, obscureceu, adulterou as clássicas discussões.

A ciência do **Talmude** continuava sendo refúgio para os que sabiam estudá-lo. Mas a grande maioria era constituída de pessoas tão pobres que não dispunham de meios para ensinar seus filhos e dedicar-se a estudos eruditos, acadêmicos. Esta gente fôra chamada de **Amharazim**, — os sem-instrução —, que os rabinos menosprezavam por causa daquela falta.

(23). — O grande código da lei rabínica. Vide o capítulo sobre a vida espiritual dos judeus na Idade-Média.

Reinavam o desalento na camada dos pobres e o profundo descontentamento. Em meio destas ansiedades surge, no começo do século XVIII, na Podólia, uma pessoa simples, que conhece o povo e os seus sonhos, — um homem do povo, zelador da sinagoga e modesto professor de crianças, o qual, mais tarde, é portador do nome de Rabi Israel Baal Shem Tôv, Baal-Shem. Este título significa: dono, conhecedor, do Nome Divino, — pois o povo diz que êle é tão piedoso que Deus lhe revelou o Seu grande e misterioso Nome, com o qual se podem promover atos milagrosos.

O Baal-Shem proclama a doutrina de que a sabedoria ainda não significa piedade, devoção! Também o homem simples e modesto, o sem-instrução, mas com saudade religiosa, pode ser um **Zadik**, um justo, um piedoso! Em 1740 fixa a residência em Medshibosz, em meio de muitos discípulos que aderem entusiasticamente ao seu ensinamento. Êle interpreta, explica, prega, usando metáforas e parábolas. No **shabat**, à tarde, reúnem-se todos na casa do mestre, por motivo da “terceira ceia”, durante a qual se bebe, rí, dança, canta, e o rabi conta as suas parábolas que foram, mais tarde, reunidas em livros. Elas não representam um sistema nôvo, elaborado; parte desta doutrina pertence à mística, outra testemunha uma religiosidade viva, alegre, entusiasmada. Ela ensina que Deus ama aquêle que — seja instruído ou não — possua **Hitlahavut** e **Kavaná** (entusiasmo e devoção religiosas). Em reação contra a superestimação dos estudos, o Baal-Shem faz reviver a importância fundamental da prece. As massas aderem fervorosamente a êste ensinamento, criando um nôvo ideal religioso, o da personalidade do **Zadik**, piedoso. Êste é o orientador dos **chassidim**, ao qual, devido à sua devoção, Deus se revelou e deu a fôrça de fazer milagres. O **Zadik** é quem dá conselhos; êle não deve trabalhar, e sim sòmente dedicar-se à sua obra sagrada de rezar; e seus filhos, netos, bisnetos são herdeiros da sua competência, do seu espírito, da sua fé, muitas vêzes transformando-se em verdadeira dinastia.

“O grande Maguid”, narrador, Rabi Dov Beer, propaga a obra em todo o Leste europeu. A Rússia Branca e a Lituânia aceitam-na, apresentando-a aos rabinos, os quais opinam que um ensinamento sem estudos, sem instrução, sem pesquisa erudita, é cousa malvada, perversa. O chefe dos rabinos, o grande Gaón Elia de Vilna, excomungá, em 1772, os aderentes do **chassidismo**, mas o movimento se espalha cada vez mais, e a própria autoridade rabínica é perturbada.

Em 1781 a grande feira de Selva, na Lituânia, é interrompida; os presidentes das sinagogas erguem-se e proclamam contra todo o movimento a grande excomunhão, — aquela que veda a todos falarem com um **chassid**, lerem um livro dêle, comprarem-lhe mercadorias, contratarem matrimônio com um filho ou uma filha do mesmo. Mas, até isso não impede o desenvolvimento do **chassidismo**, o qual forte, jovem, entusiasta, cheio de fé e de energia vital, produz novos líderes, sendo o mais conhecido Rabi Nachman de Bratizlav.

Enfim, após o desmembramento da Polônia, em 1800 aproximadamente, consegue Rabi Shneur Salman harmonizar o rabinismo e o chassidismo, em um movimento mediano chamado de **Chabad**, palavra formada pelas letras iniciais de **Chochma, Bina, Daat** ((sabedoria, entendimento e conhecimento). No **Chabad**, a contemplação mística foi amalgamada com o ideal rabínico de estudar e instruir.

Os **zadikim**, nos séculos depois do Baal-Shem, muitas vezes, abusaram da sua autoridade e influência, vivendo uma vida de luxo, em contraste com a obra e o exemplo dados pelo fundador do movimento, e injustos para com os pobres que foram altamente taxados quando pediram conselhos. Ao deixarmos de lado êstes excessos e aberrações, havemos, todavia, de reconhecer que o **chassidismo** significou um movimento popular, com o fim de despertar a dedicação religiosa, e que difundiu nas massas ensinamentos dos mais sinceros e entusiastas. O judaísta Martin Buber, recém falecido, antigo professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, publicou coleções de sermões e parábolas dos mestres do **chassidismo**, narradas por seu avô, Salomão Buber, profundo conhecedor daquele ambiente. Uma certa espécie de Néo-chassidismo promove hoje o renascimento da religiosidade judaica.

A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO E A ABERTURA DO GHETTO NA EUROPA.

Para o mundo israelita a época moderna não começa ainda em 1500, tempo dos Grandes Descobrimentos, nem em 1648, ao terminar a grande Guerra dos Trinta Anos, mas sim somente no fim do século XVIII, quando o mundo europeu aceitou as novas idéias da tolerância e dos direitos dos homens, já um século antes concebidas por John Lock e David Hume na In-

glaterra e por Hugo Grotius no seu **Jus Gentium**, — Direito dos Povos, nos Países Baixos.

Em consequência dos descobrimentos geográficos, bem como da Reforma, deixou a civilização de ser monolítica, como um só bloco. **Nolens-volens** os homens tinham de tomar em consideração a existência de outras civilizações e de diferentes credos dentro do próprio Cristianismo. — E tinham de conviver, — assim como a Guerra dos Trinta Anos não conseguiu reunificar, por exemplo, os credos em um único sòmente. Tinha os homens de se “tolerar” mùtuamente. Enquanto os filósofos inglêses e Hugo Grotius eram os primeiros a entenderem isto, em um século a Europa aprendeu o que significam a “tolerância”, e mais tarde, os direitos dos homens.

Estava nova mentalidade tinha lògicamente de mudar mais dia menos dia as atitudes da sociedade para com o judeu. Também êle é um ente humano, apesar de ser diferente, apesar de estar — não por culpa sua — atrasado. Êle faz juz a ser “tolerado”, colocado em igualdade de direito, simplesmente por ser um ente humano.

Além de tudo isto, foi o exemplo oferecido por um judeu que, em tôda a sua modéstia, era um homem dos mais cultos da sua época, que contribuiu para que fôsse publicamente abordada a “questão judaica”. Esta personalidade era Moisés Mendelssohn (1729-1786).

Um dia, em 1745, aproximadamente, chegou a Berlim um mocinho corcunda, mal nutrido, quase menino ainda, pedindo no portão da cidade para ser nela admitido. Os guardas prussianos e o fiscal da comunidade israelita, encarregados de restringir o afluxo de judeus à Capital, interrogaram-no severamente a respeito do que pretendia fazer em Berlim. O moço deu a resposta: estudar. E perguntado, onde ia residir, retrucou: na casa do rabino Jonas Fraenkel.

Este jòvem era o filho mais velho do pobre Mendel, escriba de rolos de **Torá**, e viera da pequena cidade de Dessau. Êle chamava-se Moisés Dessau; os seus contemporâneos costumavam chamá-lo Moisés Mendelssohn. O moço inteligente educou-se no meio da burguesia liberal de Berlim, aprendendo, além do **Talmude** e da filosofia de Moisés Maimônides, com inaudita rapidez, como autodidata, as línguas grega e latina, matemática, filosofia.

Sua inteligência e sua competência no jògo de xadrez, atraíram o afamado escritor Gotthold Efraim Lessing que, no seu drama **Nathan der Weise** (Natan o Sábio) eregiu um monumen-

to eterno ao judeu Moisés, fato até então considerado incrível. A conhecida casa editora de Nicolai, em Berlim, interessou-se por êste judeu culto e um trabalho filosófico da sua autoria, publicado sem que êle o soubesse, foi muito apreciado pelo mundo intelectual de Berlim, devido ao seu estilo admirável, seus pensamentos claros e sua cultura profunda. Outras publicações seguiram-se e fizeram-no conhecido no meio dos literatos e filósofos. O pequeno judeu corcunda tornou-se intérprete das duas escolas de filosofia, a racionalista continental e a empirista inglêsa.

Em um certame da Academia Berlinense das Ciências, venceu êle Immanuel Kant, o grande filósofo (23). O rei Frederico-o-Grande da Prússia, conhecido anti-semita, recusou-se a aceitar Mendelssohn como membro da Academia das Ciências. Quando, porém, Moisés visitava a cidade de Koenigsberg, onde Kant era lente catedrático da Universidade, êste recebeu-o com tôdas as honras, interrompendo a conferência que estava fazendo, e apresentou-o à juventude alemã como um grande filósofo. O mesmo Kant apressou-se em enviar ao judeu Moisés o primeiro exemplar da sua obra-prima filosófica, a **Crítica da Razão Pura**, pedindo-lhe a sua opinião.

Mendelssohn, homem de fama mundial, durante muito tempo não gozava do direito de residir em Berlim, por ser judeu; sòmente como empregado na contabilidade duma fábrica de sêda, pertencente a um hebreu "privilegiado", foi-lhe permitido morar na Capital. E uma vez, quando êle chegou à cidade de Dresden, aconteceu que um fiscal da alfândega relatou:

"Passaram pelo portão da cidade tantos e tantos animais, e um judeu, Moisés Dessau, que pagou a taxa especial cobrada dos mesmos".

Pelo exemplo de Mendelssohn, o mundo viu que chegara o momento em que o judeu provara ser europeu, podendo fazer jus à igualdade de direito. Em uma das suas obras, intitulada **Jerusalem oder Ueber Religioese Macht und Judentum** (24), êste judeu proclamou ao mundo europeu que o Judaísmo era Lei Divina revelada, ensinando a "religião natural", a tolerância, a ética filosófica, estando, pois, em perfeita consonância

(23). — Vide Fritz Pinkuss: *Moses Mendelssohns Verhältnis zur Englischen Philosophie*. Wuerzburg, 1928.

(24). — *Jerusalém ou a Fôrça da Religião e o Judaísmo*.

com a sociedade e com o Estado modernos. Mendelssohn, que não era político, nem lutou em público, esforçou-se em ser orientador de seus irmãos. Viu que antes de receber a igualdade de direitos, sua gente teria de ser educada para poder participar da cultura européia, perante a qual as massas judaicas estavam atrasadas de séculos, sem culpa própria. Traduziu a Bíblia para o alemão, com o fim de ensinar a seus irmãos a língua moderna. Esta tradução encontrou o ódio dos rabinos obstinados que a excomungaram; mas a História deu plena razão a Moisés. Ao mesmo tempo, fundou escolas primárias israelitas, a fim de dar à juventude simultaneamente uma educação civil e religiosa moderna, adequada às exigências da época que clamava pela saída do **ghetto** espiritual. Também no Leste europeu foi seguido este exemplo, onde a mocidade tornou a aprender o hebraico em vez do **yidish**. O renascimento do hebraico como língua viva, criou ali o movimento cultural da **Haskalá** (Esclarecimento), o qual, além de cultivar os estudos hebraístas, teve por fim, seguindo a obra pedagógica de Mendelssohn, introduzir a juventude na cultura européia. A **Haskalá** encontrou muitos e sérios adversários no meio dos velhos, e aderentes entusiastas por parte da mocidade.

Já dissemos que somente na segunda metade do século XVIII, entrou na realidade da vida pública e dos ideais políticos, proclamados no continente europeu, a palavra programática “tolerância”. A “tolerância” e os direitos humanos a serem aplicados, também, aos judeus, são o argumento de várias brochuras e livros sobre o problema judaico, que apareceram na segunda metade desse século XVIII. Em Berlim, por exemplo, saiu um panfleto de Christian Wilhelm Dohm sobre **O Melhoramento Civil dos Judeus**. O grande francês Montesquieu, escreveu então na França o seu famoso tratado sobre **L'Esprit des Lois**. Muito favoravelmente contribuem para a discussão em público o exemplo humano e a cultura de Moisés Mendelssohn.

Os governos ficam receiosos; não podem se omitir aos argumentos alegados de que os judeus, como seres humanos, fazem jus ao gozo dos direitos dos homens, mas tendem para adiar a discussão, exigindo que primeiro se eduquem os judeus para se tornarem europeus. Em meio desta discussão geral, os recém-fundados Estados Unidos da América do Norte fornecem o exemplo brilhante da tolerância aplicada, estabelecendo, na proclamação da Independência e na Constituição, a igualdade de direitos para todos, sem distinção de credo.

Os governos europeus fazem novos experimentos. Na Áustria, por exemplo, José II introduz uma nova ordem para os judeus, através do “Édito da Tolerância”, o qual, todavia, continua orientado em métodos medievais. Na Prússia, Frederico — o — Grande criou um novo regulamento horroroso, cheio de odiosidade e espírito ofensivo. A Inglaterra é o primeiro país a esforçar-se para desenvolver uma emancipação paulatina. No Leste europeu a situação permanece ainda inalterada por completo.

Na França, depois da Revolução, — ainda contra a opinião pública e somente em setembro de 1791, — decretou-se, por uma maioria criada pelo acaso, a igualdade de direitos para os judeus. Na Holanda, Itália, e nos territórios alemães ocupados pelos franceses, introduziu-se a emancipação durante as guerras napoleônicas.

Na Prússia foi ela decretada em 1812, pela reforma estadual de Stein-Hardenberg, quando aquêle país quase destruído por Napoleão, necessitava do esforço conjugado de todos. Muitos judeus entraram nas fileiras dos exércitos prussianos na guerra que se seguiu à capitulação.

Logo veio a reação. Em 1807, queixaram-se fiscais franceses anti-semitas dos judeus na Alsácia, difíceis de tratar como tôdas as populações de territórios limítrofes. Napoleão, organizador por excelência, ao voltar da expedição egípcia, convocou, em Paris, uma assembléia dos mais reputados israelitas, a qual logo foi seguida por um parlamento judaico, chamado pelo nome tradicional de Sinhedrion. A êste grêmio dirigiu êle, entre outras perguntas, as seguintes: o Judaísmo é ou não é compatível com as leis do Estado? — Os hebreus consideram-se irrestritamente como franceses? — A resposta, ditada pelo desejo ardente de demonstrar a submissão absoluta, frisou que o Judaísmo se limita a ser uma igreja. A declaração dos judeus, animados pela ânsia de conservar a igualdade de direito, desta forma interpretou de um modo insuficiente e inadequado, o caráter da coletividade israelita. O Judaísmo recebeu uma organização administrativa, a “constituição consistorial”, sob a qual ficou espiritualmente paralisado. Em um decreto cognominado de “vergonhoso”, foi estabelecido um prazo de dez anos, dedicados à adaptação e à educação para os judeus alsacianos se tornarem cidadãos franceses.

Na Prússia e nos demais territórios alemães, na Áustria e na Europa Central em geral, foi revogada a igualdade de direitos na época da reação política que se iniciou com o Congresso

de Viena em 1815. Uma fraude cometida na redação do protocolo dêste conclave, forneceu o pretexto para a declaração da inexistência da emancipação.

Este subterfúgio político, criminoso, criou para os judeus uma situação incrível, prova de nervos que muitos não suportaram. A geração depois de Mendelssohn, educada como europeia, insistiu em obter a igualdade de direitos a todo o custo. Os filhos de famílias abastadas abandonaram o Judaísmo, aceitando o batismo recomendado pelo Estado e pela alta sociedade. Muitos começaram a demonstrar ódio contra a religião israelita que consideraram culpada da perda da emancipação. Outros, como Saul Ascher em Berlim, não se cansaram em proclamar que o Judaísmo é compatível com a ideologia da burguesia alemã e do Estado prussiano, excedendo-se Saul Ascher em declarar como único fim do Judaísmo o de educar cidadãos obedientes (25).

A tendência em abandonar o Judaísmo causou uma reação significativa no meio israelita. Quando o movimento de conversão estava no auge, os homens sérios dentro da coletividade judaica perguntaram a si mesmos: — o que fizemos nós e o que fizeram os nossos responsáveis para manter e fortalecer a resistência moral do judeu contra esta tentação, na época da prova de nervos? — Iniciou-se então, a obra ampla de apresentar o Judaísmo ao mundo como não sendo oposto ao progresso da cultura e sim, compatível com a vida e a filosofia modernas. Em Berlim, fundou-se a “Sociedade pela Cultura e Ciência dos Judeus”, com o fim de fomentar o ensino israelita e estudar o Judaísmo e a sua História com os métodos da ciência moderna. A sociedade não teve longa vida, mas a obra da “Ciência do Judaísmo” sobreviveu-a, inspirada pelas idéias e métodos do filósofo contemporâneo Hegel. O seu iniciador foi Leopold Zunz com as suas pesquisas clássicas sobre a **História do Serviço Religioso dos Judeus**. A ciência judaica ficou reservada aos especialistas, mas influiu decisivamente no Judaísmo moderno, que, sem a mesma, não teria alcançado o seu desenvolvimento, nem a sua sobrevivência.

Em meados do século XIX, fizeram-se ouvir de novo as vozes pela emancipação. O judeu Gabriel Riesser, mais tarde vice-presidente da primeira assembléia nacional alemã, declarou nas suas publicações: o judeu faz jus, não a certas liberda-

(25). — Vide Fritz Pinkuss, *Saul Ascher, ein unbekannter Theoretiker des Judentums und der Juden-Emanzipation* (Zeitschrift fuer Geschichte der Juden in Deutschland, 1932).

des, mas sim ao direito irrestrito de cidadão; êste há-de ser independente do nascimento e da confissão. Enfim, com as revoluções liberais de 1848, a maioria dos Estados europeus declarou que o gôzo do direito de cidadania é independente do credo religioso (26). Esta emancipação conservou-se nas diversas constituições alemãs até 1933, ano da ascensão do hitlerismo, sendo até essa data mais ou menos respeitada.

Na Áustria e na Hungria, governadas por um “absolutismo suavizado pelo relaxamento”, o ano de 1848 trouxe as liberdades civís a todos os judeus, as quais, antes dêsse ano, estavam reservadas sòmente àquêles que pertenciam à classe dos nobres. Também nos Estados italianos foi decretada a emancipação em 1848, no Estado do Vaticano em 1870, com a entrada das tropas italianas em Roma. O único país que, desde 1815 conservara sem intervalo a igualdade de direitos dos judeus, fôra a Holanda.

Na Inglaterra interveiu o partido liberal, fortemente assistido pelo historiador Macaulay na sua excelente brochura **A Proscrição Política dos Judeus**, em prol da emancipação. A dificuldade era que a constituição exigia do candidato o juramento cristão de fidelidade para exercer um cargo público. A Câmara dos Comuns várias vêzes votou pela emancipação; a cidade de Londres conferiu a diversos judeus altos encargos de honra, mas a Câmara dos Lords insistiu no juramento cristão. Só em 1871, as Universidades desistiram dessa exigência tradicional, e, em 1885, o primeiro israelita entrou também na Câmara dos Lords. A mãe-pátria introduziu a emancipação em tôdas as colônias do vasto Império.

Enquanto em todos os países da Europa ocidental se efetuava esta emancipação, as massas israelitas da Europa oriental sofreram um martírio que estava em franco contraste com o século dos direitos do homem. Os poloneses, ainda na luta revolucionária em 1831, estavam cheios de ódio contra os judeus e propagavam o lema de impedir que na luta pela liberdade “se misturasse o sangue hebreu com o nobre sangue polonês”. Nas épocas em que existia um Estado polonês autônomo, como depois da primeira guerra mundial, a minoria israelita era incessantemente objeto de ofensas e de boicote, exceção feita dos tempos do marechal Pilsudski.

A Rússia czarista era incapaz e impotente diante da questão judaica; ininterruptamente reuniram-se comissões com o

(26). — É de se salientar que do ponto de vista ideológico, esta emancipação se tornara necessidade absoluta para a própria sociedade européa.

fim de “estudar” o problema. Desde Catarina II (1794), a burocracia russa restringiu o direito de residência aos judeus, contra os pareceres dos governadores das províncias que elogiaram o civismo dos mesmos e declararam que a sua eliminação seria contrária ao interesse público. Em meados do século XIX, foram os israelitas expulsos dos distritos limítrofes ocidentais para acantonamentos longínquos dos grandes centros, com exceção de alguns intelectuais e comerciantes de relevo. Roubou-se destarte à metade daqueles que viviam na Rússia, o direito aos seus lares e as suas existências. Todos êles, a partir da idade de onze anos ou, mais tarde, a partir de nove anos, foram forçadamente educados por professores militares russo-cristãos e obrigados a servirem durante 25 anos no exército. O mesmo czar que introduziu esta inovação, Nicolau I, propagou a conversão dos judeus ao Cristianismo, favorecendo a criação duma literatura ofensiva à religião israelita. Seu sucessor, Alexandre II, criou um certo alívio, abrindo, por exemplo, as Universidades aos estudantes israelitas, atraindo, assim, os eruditos dentre os judeus e afastando-os ao mesmo tempo por diversos métodos da sua coletividade nativa.

Eis a situação dos israelitas na Rússia pelo fim do século passado: um pequeno grupo de acadêmicos, comerciantes e industriais, vivendo uma vida abastada e gozando de todos os direitos civis, formando os “judeus de primeira classe”, enquanto as massas, oprimidas, maltratadas, evacuadas, sem direito, sem profissão, vítimas da barbárie, ou aderem aos partidos políticos radicais, ou fogem para fora do país. O programa da Rússia czarista no tratamento dos judeus estipulava: um terço haveria de ser batisado, um terço forçado à emigração e um terço assassinado.

No Oriente Próximo, a situação dos judeus era igualmente trágica. Em 1840 o consul francês em Damasco, aproveitou-se da acusação anti-semita para fins de intriga política. Sir Moisés Montefiore (1785-1886), que dedicou a sua vida abençoada à beneficência em prol de seus irmãos infelizes, e Adolfo Crémieux, ministro israelita francês, um dos raros homens que ousou enfrentar o anti-semitismo governamental, — mandaram fazer uma investigação judicial que constatou a inocência dos judeus. Nas suas repetidas viagens ao Oriente Próximo, Crémieux fundou em 1860 a **Alliance Israélite Universelle**, sociedade beneficente que congregou para fins puramente caritativos e educacionais os israelitas de todos os países. Esta **Alliance**, com o nome que serviu aos anti-semitas de “prova” que os judeus nutriam aspirações a um “império mundial”,

dedicou-se à fundação em largo estilo de escolas israelitas no Mediterrâneo e no Oriente Médio.

A Turquia, obrigada pelo tratado de Paris, em 1856, a conceder liberdade de culto e igualdade de direitos civis aos seus súditos não-muçulmanos, promulgou a emancipação definitiva dos judeus pela constituição de 1908. Aos israelitas dos Balcans trouxe o Congresso de Berlim em 1878 igualdade de direitos, exceto na Rumânia, a qual seguiu os métodos russos, intensificados por ainda maior brutalidade e astúcia: Este Estado considerou os seus judeus como forasteiros, colocando-os sob leis de estrangeiros das mais cruéis, concedendo alívio temporário sempre que necessitava de empréstimos internacionais para equilibrar as suas finanças desorganizadas.

Em Portugal e na Espanha, depois dos sombrios séculos da Inquisição, houve uma população israelita reduzidíssima, à qual, também, o século XIX trouxe a emancipação. Em muitas aldeias portuguesas ainda hoje existem grupos de cristãos-novos, alguns dos quais retornaram à religião paterna, em 1925, chefiados pelo cabo de guerra Barros Bastos, no Pôrto, onde se fundou uma sinagoga.

Da situação nas Américas falaremos em um dos capítulos subseqüentes.

OS JUDEUS DO VELHO MUNDO NOS SÉCULOS XIX E XX.

Em consequência da mudança da situação social e jurídica verifica-se um esforço sério dos judeus europeus no sentido de se adaptar em a nova posição civil e entrar em contacto recíproco com o nôvo ambiente. Nêsse empreendimento cultural e social, que era um dos mais complexos, difíceis e ousados de tôda a História mundial, a chefia coube aos israelitas alemães. Moisés Mendelssohn estabelecera como ideal, o de “ser inteiramente judeu e inteiramente europeu”. Seguindo a sua iniciativa, processou-se a reforma integral de tôda a educação israelita. Já falamos das escolas modernas, fundadas conforme as suas idéias, em que se ensinavam línguas e ciências modernas, inclusive o hebraico clássico e os princípios básicos da religião. Os judeus iam sendo admitidos nas escolas públicas, em número cada vez maior, meninos e — o que era nôvo no ambiente judaico: também meninas, as quais tinham tido instrução, mas sòmente instrução particular.

Em consequência do nôvo ideal educativo reduziu-se o estudo do **Talmude**, o qual durante muitos séculos conservara vivo e íntimo o contacto com a tradicional cultura israelita. Em vez disso, estudaram o **Pentatêuco** (Cinco Livros da **Torá**) e os Salmos, na tradução moderna de Mendelssohn, acompanhados pelo claro e clássico comentário hebraico escrito por êle. Apesar de ter sido esta tradução banida pelos rabinos do velho estilo, ela tornou-se meio didático de primeira ordem para o progresso educacional e social da juventude. Foi a êste modesto livro que várias gerações agradeceram a primeira aproximação à cultura européia, a qual se difundiu com inaudita rapidez no meio judaico.

Em Berlim, Koenigsberg e Viena, os salões israelitas tornaram-se centros da aristocracia do espírito. As obras de Schiller e de Goethe, a filosofia de Kant, até a teologia protestante de Schleiermacher, encontraram no meio dos judeus berlinenses os seus primeiros entusiastas, proclamadores e sérios intérpretes. O Estado que exigiu o progresso cultural dos israelitas, jamais cuidou dêle, dificultando até a admissão dessa gente às profissões acadêmicas, exceto a medicina. Apesar disso chegaram a um tal nível que, em 1847, o ministro prussiano da instrução pública declarou em forma de parecer, que no meio dêles:

“tôdas as matérias da ciência são cultivadas com o maior êxito e que quase não há ramo no domínio da arte onde não forneçam obras-primas”.

Logo que se lhes concedeu o direito do livre exercício de tôdas as profissões, os judeus se dedicaram também às atividades do artesanato e da agricultura. Na época da industrialização e do livre desenvolvimento das fôrças econômicas, em que a população fugiu do campo para concentrar-se nas cidades, grande número de judeus, graças à sua capacidade inata, colaborou no desenvolvimento da indústria, do alto comércio e dos negócios bancários; — e não sòmente isso: assumiram importantes funções na vida econômica, criando novos ramos inteiros de fabricação, por exemplo, de móveis e de vestidos, organizando igualmente novos tipos de negócios e tornando-se pioneiros de novos caminhos comerciais. Quando mais tarde, as grandes emprêsas de navegação, estradas de ferro, indústria pesada, bancos, muitas vêzes criadas pela iniciativa e sob a orientação dos judeus, entraram na fase da burocratização e estatização, a influência dos seus fundadores declinou rapidamente.

Os judeus dedicaram-se igualmente, com grande sucesso à arte, a tôdas as ciências e a todos os ramos de profissões liberais, especialmente aos de médico e jurista. É das mais altas a porcentagem de israelitas condecorados com o prêmio Nobel dentre todos os grupos étnicos.

No Leste europeu, ainda neste século, a maioria dos judeus era de artífices e operários industriais. Na Argentina, o Barão Hirsch fundou, no fim do século passado, várias colônias agrícolas para os israelitas russos, salvo dos **pogromes**: algumas também no Rio Grande do Sul. Nessas colônias, e muitíssimo mais ainda, nas terras israelenses nos nossos dias, os judeus forneceram provas das mais eloqüentes da sua capacidade como agricultores.

Já falamos daqueles primeiros decênios do século XIX em que parte dos judeus, dez por cento em Berlim, por exemplo, se converteu ao Cristianismo, incapaz de aguentar a prova de nervos, imposta na luta prolongada pela emancipação. Já relatamos que, naqueles dias, como reação à fuga das massas para fora do Judaísmo, se fundou a “ciência judaica”, que teve por missão promover pesquisas metódicas da História, interpretar o seu caráter e as suas idéias, e provar que este não estava em contraste com o então espírito europeu. Na mesma época, em que os que abandonaram o Judaísmo, o culpavam de ter causado a miséria por ser o impedimento no caminho da emancipação, fêz-se ouvir, da parte de homens sérios e responsáveis, o grito pela reforma da religião, com o fim de adaptá-la ao ambiente dos tempos modernos. Este desejo emanou dos “leigos”. Os rabinos, na sua maioria, devotos da tradição, não compreenderam o chamado, não viram que depois do isolamento a que estivera a religião exposta durante séculos, também esta necessitava de nova aparência estética e interpretação teológica, como hoje se diz: “aggiornamento”.

Já na geração depois de Mendelssohn, iniciaram-se reformas isoladas da liturgia e do livro de rezas. Israel Jacobsohn introduzira o órgão e hinos cantados na língua do país em algumas comunidades, quando em Hamburgo, em 1818, fundou-se o “templo”, com reforma integral da sua liturgia, feita na base daquilo que os seus fundadores consideravam como sendo exigência da época. Certo número de rabinos banuiu este novo livro de rezas, não compreendendo o fato de que os reformadores — afinal de contas — não agiram por leviandade, mas sim, no sério esforço de encontrar um novo caminho para reaproximar as massas da sua religião.

Em meados do século passado, dois teólogos, Abraham Geiger e Samson Rafael Hirsch, estabeleceram, cada um do seu ponto de vista, um sistema de reforma, esforçando-se em criar um nôvo ambiente de religiosidade viva, provando que a religião não está em contraste com os tempos modernos.

Samson Rafael Hirsch pregou **Torá Im Derech Eretz** (a lei religiosa aplicada à vida), estabelecendo que ao judeu é lícito participar de tôda a cultura, mas que ao mesmo tempo, “tôda” a tradição com “tôdas” as leis “tradicionais” hão de continuar a ser obrigatórias, por serem **Torá**, lei religiosa inalterável. Com esta teoria, tornou-se criador da moderna ortodoxia.

Abraham Geiger dedicou-se a examinar se a religião também é sujeita ao processo de desenvolvimento, como tôda a cultura. Chegou a afirmar, na base de pesquisas críticas, que sempre existia esta tendência. Exigiu, em consequência dessa constatação, também para os seus dias a necessidade de se introduzirem reformas, adaptações. Com esta teoria tornou-se fundador do Judaísmo progressista, geralmente chamado de liberal (reformado).

As duas orientações estavam em áspero contraste. O rabino Samuel Holdheim, de Berlim, foi além de Abraham Geiger; entusiasmado por S. Stern, filósofo contemporâneo da religião israelita, introduziu um amplo sistema de reformas do culto, eliminando quase por completo a língua hebraica e transferindo o **shabat** para o domingo, pretendendo criar uma espécie de “igreja alemã israelita”. O seu esforço fracassou; o seu programa que deu orientação a sômente algumas sinagogas no continente europeu, foi todavia até certo ponto aceito pela maioria das sinagogas reformistas da América do Norte e da Inglaterra. Estas evoluíram para um movimento que, aliás, aos poucos tende a se familiarizar de nôvo com a tradição.

Nas lutas entre a ortodoxia e o liberalismo, o rabino alemão Ludwig Philipsohn, esforçou-se por um entendimento mútuo e convocou uma assembléia dos rabinos de tôdas as orientações, porém fracassou. Outra orientação, a qual está a meio caminho entre a ortodoxia e o liberalismo, foi estabelecida por Zacarias Frankel, assistido por Heinrich Graetz, o grande historiados de Israel, autor da obra-standard **A História dos Judeus**. Suas idéias forneceram a base espiritual para o Colégio Rabínico de Breslau, por êle co-fundado, o qual se tornou modêlo para todos os institutos acadêmicos congêneres, dedicados à formatura de rabinos e às pesquisas científicas. Tam-

bém a escola de Frankel encontrou a oposição da ortodoxia; ela hoje é representada pelo movimento conservador nos Estados Unidos.

Em meio da primeira guerra mundial proclamou Franz Rosenzweig, mais tarde assistido por Martin Buber — ambos professôres judaístas, — a fundação de academias da ciência judaica e de colégios populares, dedicados à instrução pública israelita. Proclamaram métodos novos e adequados para transmitir o conhecimento do Judaísmo e fazê-lo reviver nos corações das massas emancipadas. Ao mesmo fim serviu uma nova tradução alemã da Bíblia, fiel ao texto original, feita pelos dois homens em conjunto.

A influência de Franz Rosenzweig sôbre a nova geração na Europa, e por meio de seus adeptos também hoje em Israel e nos Estados Unidos, tornou-se fecunda.

Na Inglaterra, onde no começo do século XIX deu-se o batismo em massa dos judeus portugueses, as lutas religiosas foram muito menos árduas, assim como nos demais países, como na França, onde quase não houve movimento religioso; — exceção feita da Hungria, que chegou a desentendimentos mais sérios ainda do que na Alemanha, devido ao fanatismo da ortodoxia. Da América do Norte falaremos no proximo capítulo.

Na Rússia, o progresso do movimento da *Maskalá* (Esclarecimento), conseguiu o renascimento da língua hebraica. Seguindo o exemplo de Mendelssohn, os seus adeptos russos voltaram a cultivar êste idioma e a dedicar-se a estudos da cultura alemã e européia em geral, contra a oposição da ortodoxia e do **chassidismo**. Em 1822, fundou Heymann Hurwitz a primeira escola israelita do tipo moderno.

Isaac Ber Lewinsohn (1788-1860), cognominado “o Mendelssohn da Rússia”, provou com os documentos da própria religião a necessidade de melhorar a instrução da juventude e de formar artífices e agricultores. Seus adeptos fundaram, em 1863, uma “Sociedade para a expansão da cultura e da instrução moderna entre os hebreus”; êste grêmio sabia harmonizar o desentendimento entre o velho tipo de judeu e o nôvo. A juventude israelita da Rússia, por meio da língua hebraica, instruiu-se nas literaturas e culturas européias, resultando disso, uma literatura própria escrita em hebraico-nôvo, com escritores e poetas de certo vulto. O grupo dos **chassidim** que se opôs ao hebraico moderno, conservou como sua língua nacional o *yîdish*.

No fim do século passado, desde 1870, surgiu na Alemanha, destacada por um anti-semitismo endêmico, uma nova onda de ódio e fanatismo contra os judeus, que fez reviver tôdas as calúnias e ofensas desde há séculos já provadas como falsas e injustas. Dificuldades políticas e sociais, crises econômicas, intolerância religiosa e ódio de raças, complexos de inferioridade nacional, fizeram com que na vida política, na ciência, na teologia, na administração pública, no exército, se espalhasse, de nôvo, o anti-semitismo, para mais uma vez ser aproveitado pelos partidos governamentais dos reacionários e dos latifundiários prussianos (**junker**), com o fim de disfarçar o descontentamento político e social das massas da pequena burguesia e do nôvo proletariado industrial, desviando-o contra os judeus. Foi o anti-semitismo alemão que forneceu o tipo modelo para movimentos idênticos, mais ou menos fortes, em tôda a Europa.

No século passado, foram fundadas duas sociedades alemãs para combater o anti-semitismo; uma por cristãos, a “Sociedade da Defesa Contra o Anti-Semitismo”, e outra, por iniciativa israelita, a “Associação Central dos Cidadãos Alemães de Credo Israelita”.

Na França republicana, ao mesmo tempo, a câmada reacionária manifestou da forma mais nua os seus sentimentos anti-judaicos, ao desencadear o infame processo de calúnias dirigidas contra o capitão Dreyfus, o qual — com tôda a razão — despertou a consciência da nação e da humanidade civilizada contra a vergonha que significa o anti-semitismo. Nas colônias francesas da África do Norte, fiscais franceses causaram, desde 1870, verdadeiros **pogromes** no meio da população israelita.

Todo êste anti-semitismo, ficou, aliás, ainda insignificante em comparação com o ódio e o vilipêndio, dos quais se tornaram vítimas os judeus de Leste, da Rumânia, da Rússia czarista, e da Alemanha a partir de 1933. No fim do século passado, foi dada a já citada receita oficial na Rússia, dispondo que um terço dos judeus russos fôsse forçadamente batisado, um terço obrigado a emigrar e um terço assassinado. Até 1917, fim do regime czarista, vigoravam as duas medidas governamentais: os reiterados **pogromes** em massa, e as leis que tiveram por fim a ruína física, cultural e econômica da população israelita. Excluída de viver no campo, forçada a viver nas cidades, sem o direito de exercer profissão alguma, foi ela praticamente estrangulada por completo. O **numerus clausus** nas Universidades, a impossibilidade de até preparar-se para uma profissão,

de assumir qualquer encargo, tiveram como conseqüência lógica a adesão da juventude judaica aos partidos radicais que zelavam pela revolução, pela destruição do regime czarista. Durante decênios passava pela Europa uma corrente sem fim de emigrados que escaparam da Rússia, dirigindo-se para a Inglaterra e América do Norte. Com a revolução de 1917, tôdas as leis restritivas foram abolidas, porém apesar de todo o esforço demonstrado da parte judaica russa na segunda guerra mundial, existem fortes ondas anti-semitas na URSS, sempre aumentando com as crises políticas a que o regime está exposto.

OS JUDEUS NO NÓVO MUNDO.

Desde a segunda metade do século XVII, a colônia de israelitas, cristãos-novos, da América do Sul, encontra-se praticamente dissolvida pela Inquisição e perde-se em meio da população crista. No fim do século XVIII, por razões econômicas, e sob a influência das clássicas idéias da “tolerância”, deixa-se na América do Sul de tratar os marranos como gente sem direito. No Brasil, o passo decisivo é tomado pelo Marquês de Pombal. As declarações de independência dos Estados sul-americanos, no comêço do século passado, conferem igualdade de direitos aos judeus, seguindo o exemplo e a terminologia da constituição norte-americana. O Brasil reconhece a colaboração dos israelitas no esforço pela Independência conseguida em 1822. Foram dois jornalistas de descendência hebraica que lutaram entusiásticamente pela liberdade do Brasil: Hipólito José da Costa e Furtado de Mendonça. Em 1824, funda-se a primeira nova comunidade de israelitas, em Belém do Pará. Nos outros países sul-americanos, também por ocasião da declaração de Independência, confere-se a igualdade de direitos aos judeus. Na Argentina, a mesma é confirmada em 1854.

A grande onda migratória a partir dos meados do século passado, todavia, não se dirigiu à América do Sul, pois a memória dos dias tristes da Inquisição não se tinha apagado. A grande emigração converge para os Estados Unidos da América do Norte. Sòmente de 1900 em diante, aproximadamente, aumenta a imigração, vinda da Rússia czarista, especialmente para a Argentina, e também, a de judeus *sefaradim*, procedentes dos centros da miséria, África setentrional e Mediterrâneo oriental, para os demais territórios sul-americanos. A imi-

gração dirigida da Europa oriental para o nosso continente assumiu certo vulto só depois da primeira guerra mundial, enquanto a América do Norte conservava as suas fronteiras fechadas. Depois de 1933, verificou-se um afluxo considerável de judeus vítimas do totalitarismo europeu e refugiados da segunda guerra mundial, o qual ficou, todavia, limitado em todos os países por uma legislação pouco favorável à imigração maciça. Esta restrição deu motivo a um nôvo “marranismo” daqueles que se viram forçados a se declararem cristãos, a fim de receber um visto de imigração e, assim, salvar a própria vida do inferno europeu totalitário.

Em 1903, instalou-se, na República Argentina, a primeira colônia da Sociedade Israelita Colonizadora (ICA), e o número de tais fundações que a esta se seguiram, na Argentina e no Brasil, é fator comprovante de que os judeus não sabem viver somente nas grandes cidades, exercendo profissões urbanas, mas também são capazes de se dedicar à agricultura.

A coletividade israelita da América do Sul é das mais novas; integraram-se os judeus em tôdas as profissões, colaborando, especialmente no Brasil, de maneira relevante, na indústria, nas ciências, no comércio, contribuindo dest’arte eficazmente para o esforço de guerra do país. Por exemplo, foram estabelecidas por israelitas, nos países sul-americanos, muitas indústrias de produtos que antes da guerra eram mercadorias exclusivamente importadas. Esta expansão recebe tremenda colaboração da parte judaica nos anos que seguem à II Guerra Mundial.

O Experimento e as Experiências do Judaísmo Norte-Americano (27).

Os judeus estabeleceram-se nos Estados Unidos da América do Norte como cidadãos livres. Com exceção da carta de admissão de 1654, dada por intercessão da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais pelo governador Stuyvesand, não pediram jamais nem “privilégios” nem “direitos”, e sim desde o início se consideraram em terra livre como gozando de igualdade de liberdade, — e não de “liberdades”. Enquanto o grupo dominante cristão em Nova York, então Nova Amsterdão, se manifestava contra minorias religiosas, os judeus responderam ao desafio, lutando pelo direito de igualdade. É signi-

(27). — Esta página introdutora é baseada em diversos trabalhos de Salo W. Baron (vide bibliografia).

ficativa esta luta ferrenha pelo direito do grupo de construir sua sinagoga e abrir seu cemitério. O élan do país, jovem e nôvo, o anseio de não se restringir em tradições e preconceitos europeus, tomou logo posse do pequeno grupo de judeus. Não mais nutriam os sentimentos de frustração que se manifestava na crença de viver em **Golá** (exílio), e sim criaram a convicção básica e por ela se orientaram: a de viver ali uma existência permanente. Foi neste sentido que organizaram a sua vida particular e institucional. Sômente tendo em mente esta convicção fundamental de permanência, podemos entender os seus modos de pensar e de viver. Com uma imigração praticamente ininterrupta, em três séculos, e com porcentagem mínima de remigração, houve grande desenvolvimento da vida social, comunal, filantrópica. A começar com os centros de saúde e de hospitais, sociedades de ajuda aos imigrantes, até à fundação dos **Trade Unions**, sindicatos judaicos, no fim do século passado. As “sociedades de beneficência” antecedem as fundações de sinagogas e de congregações, comunidades. Cêdo se funda a grande organização da **HIAS (Hebrew Immigrants Aid Society)**.

Em 1917, em meio da primeira guerra mundial fundem-se várias sociedades congêneres no **American Joint Jewish Distribution Committee**, o qual na segunda guerra mundial e depois da mesma se torna uma espécie de Cruz Vermelha Judaica internacional. A obrigação moral de prestar ajuda, enraizada na educação americana, encontra-se com o velho ideal israelita de **Zedakâ** (justiça social); esta responsabilidade cria as federações locais até o **United Jewish Appeal** (campanha unida) de após guerra, com as variadas incumbências de assistência.

Na história dessa emigração teremos de distinguir três períodos: (28).

O primeiro, a partir de 1654 até 1800, aproximadamente, é caracterizado pela vinda de judeus **sefaradim**, chamados “portuguêses”.

O segundo, que se estende a partir dos meados do século XIX até 1880, aproximadamente, é o da vinda de judeus alemães.

(28). — Este esquema não é aceito integralmente pela mais recente historiografia, porém serve bem a este relato condensado.

O terceiro é caracterizado pela chegada de judeus do Leste europeu, desde 1880, mais ou menos, e estende-se, como época da imigração das massas vindas de toda a Europa, até os nossos dias, sem ter ainda terminado.

Cada grupo é definido pelos seus característicos de origem.

A 22 de agosto de 1654, desembarcou, procedente da Holanda, o israelita sefardi Jacob Bar Simson em Nova Amsterdão. Um mês depois, chegou um navio com 23 judeus refugiados de Pernambuco, que somente ao cabo de muitos esforços escaparam às mãos de piratas. Um relato daqueles dias menciona que:

“vieram mais alguns judeus da Holanda, de boa saúde, mas pobres, e que outros estavam prestes a vir”.

Stuyvesand, governador de Nova Amsterdão, xenófobo, não queria conceder desembarque aos refugiados de Recife. Por causa dos mesmos originou-se intensa correspondência com a matriz da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, em Amsterdão, fundadora de Nova Amsterdão, em cuja diretoria havia judeus holandeses. Em carta datada de 26 de abril de 1655, determinou esta, enfim, o seguinte:

“Após múltiplas considerações, deferimos a petição dos judeus portugueses desembarcados em Nova Amsterdão, concedendo que lhes seja permitido viajar para os Novos Países Baixos, fazer negócios no país, morar e residir ali, sob condição de que os sem-meios não fiquem a cargo da Companhia das Índias Ocidentais, mas sim, sejam sustentados pela própria nação”.

Este documento é a carta-magna da admissão dos judeus na América do Norte.

Todos os pioneiros judaicos no solo norte-americano, fizeram questão de conservar os costumes tradicionais religiosos e conseguiram que, perante os tribunais, desde já fôsse tomado em consideração o descanso de *shabat* e também reconhecida a forma israelita de juramento.

Em 1664, os Novos Países Baixos foram incorporados ao domínio inglês, Nova Amsterdão foi denominada Nova York. No ano em que se estabeleceram os judeus em Nova Amsterdão, também chegaram alguns a New Port na colônia de Rhode Island, onde gozaram de plena liberdade religiosa sob o governador Roger Williams. Esta comunidade israelita de New

Port tornou-se, no século XVIII, mais importante do que a de Nova York. No seu pôrto estabeleceram-se várias famílias **sefaradim**, vindas da Espanha, de Portugal, das Índias Ocidentais, como negociantes internacionais e como donos de companhias de navegação. Durante a guerra pela Independência, vivia ali quase um terço dos judeus da América do Norte, cêrca de mil almas.

Em todos os treze Estados que promoveram a Independência, encontravam-se israelitas. A sua contribuição para a libertação era relevante. Judeus serviram como soldados no exército de George Washington; entre êstes, tornaram-se famosos os **privates** Asher Pollock e Haym Salomon, judeu alemão, imigrado em 1772, que tomou parte no financiamento da guerra com uma relevante quantia de dólares. O israelita Robert Morris era considerado perito americano de finanças naqueles tempos.

A Declaração da Independência de 1776 contém a famosa sentença que estabelece a igualdade dos homens e os direitos inalienáveis à vida, liberdade, felicidade. A República dos Estados Unidos da América do Norte foi a primeira nação a determinar, na sua constituição, que:

“a nenhum homem que reconheça a existência de Deus, possam ser abjudicados, em virtude da lei, os direitos civis, assim como não deve ser exposto a qualquer opressão por causa das suas convicções religiosas”.

Já no fim desta primeira época imigratória, iniciou-se a vinda de judeus **ashkenasim**. Em 1783, dirigiu um israelita alemão um memorando ao presidente dos Estados Unidos, pedindo permissão para 2.000 famílias fundarem colônias agrícolas. Em 1822, deu-se uma troca de idéias entre Eduard Gans e Leopold Zunz, representantes da jovem geração judaica na Alemanha, e o publicista americano- israelita Mordecai Manuel Noah. Êste, nascido em 1775 em Filadelfia, filho dum imigrado israelita de Mannheim, diplomata americano, sonhava com uma imigração em massa de judeus. Em 1825, abriu um território chamado de Ararat, no Grand Island no rio Niagara, com o fim de alí fundar uma república israelita, que devia fazer parte da Confederação norte-americana. O empreendimento iniciado com propaganda e solenidade, fálhou; as idéias, todavia, tornaram-se fecundas a partir de 1836, quando imigraram judeus centro-europeus em consequência das perturbações políticas ocorridas nos seus países de procedência.

Em meados do século passado encontram-se em tôdas as regiões dos Estados Unidos nomes daquelas velhas famílias israelitas, que durante séculos tinham vivido no sul e oeste da Alemanha, especialmente na Renânia. Na época da crise política e econômica do Reich e da França, a partir de 1871, vieram os sobrinhos desses pioneiros fazer a sua fortuna no continente da liberdade.

Em tôda a parte, encontravam-se no século passado, êsses jovens judeus alemães, começando a sua carreira, em geral, como negociantes ambulantes, viajando nas estradas do interior, fornecendo mercadorias aos fazendeiros que viviam na solidão, e muitas vèzes, sòmente por meio desses comerciantes tinham contacto com o mundo afora. Quando faziam sucesso, compravam êstes moços israelitas carro e cavalo e logo que a situação o permitiu, mandaram vir suas famílias e suas noivas, de além-mar (29).

O sociólogo Werner Sombart forneceu-nos uma teoria interessante que bem explica o fenômeno da perfeita radicação dos israelitas em tôda a parte da América do Norte. Êle diz: o judeu cumpriu a função da “vigésima família”, o que significa: nas novas colônias fundadas por cerca de vinte famílias, em geral, era sempre necessária uma que tinha de vender os produtos da lavoura, comprar materiais e mercadorias úteis, enfim, manter o contacto com o mundo. A aptidão determinou as famílias israelitas para cumprirem essa tarefa econômica importante, e assim fê-los cooperar, decisivamente, na fundação e no desenvolvimento dos novos **settlements**.

A partir de 1848 modificou-se o caráter da imigração. Chegaram ao país: acadêmicos, escritores, artistas, rabinos. Os rabinos Bernhard Felsental, Liebmann Adler e Isaac M. Wise, organizador do movimento religioso da **Reforma** e do **Hebrew Union College em Cincinnati**. Com êstes homens a vida espiritual dos judeus americanos recebeu o seu primeiro estímulo valioso.

Até o fim do século pasado, espalharam-se os israelitas por todo o país, quando, a partir de 1880, se abriu a terceira época imigratória, a das massas dos judeus do Leste europeu que conseguiram escapar às perseguições e **pogromes** na Rússia czarista, motivadas pelas vergonhosas “Leis de Maio” de 1882. Êste movimento migratório temporariamente interrompido pela guerra mundial de 1914-1918, e depois restringido pela legislação, enfim tomou nôvo vulto a partir de 1933, quando

(29). — Vide: Werner Lombart, **Os Judeus e a Economia**.

praticamente todos os judeus europeus forçosamente tinham de emigrar.

É interessante notar o fato de que, ainda no fim do século passado faziam os Estados Unidos, — como todos os países jovens, — uma grande propaganda em favor da vinda de material humano estrangeiro, indispensável ao desenvolvimento econômico e cultural.

A coordenação social dos imigrados efetuou-se sem dificuldades, graças ao espírito democrático do país. Para os que chegaram da Rússia czarista, tornou-se, muitas vezes, problemática a mudança rápida da sua situação social. Vindos da opressão em que viviam na Europa, de repente encontraram-se no pleno século XX, em liberdade civil e em meio do progresso vertiginoso da civilização. Esta coordenação foi sãbiamente protegida de tal maneira, que os judeus americanos, hoje, tomam parte integral na vida do país, apesar do anti-semitismo, o qual existe, porém não é compartilhado pela administração nem pelo governo. Pela sua concentração numérica e pela sua posição econômica, os judeus norte-americanos representam um centro, o qual dêste tamanho e desta influência jamais existem em tôda a História do povo judaico.

Os dados históricos sôbre a velha imigração dos judeus até o nosso século, são esporádicos. Possuimos a história de patriotas e pioneiros, e fazem-se esforços para escrever o relato completo, geral. A expansão da América no século XIX, o **gold-rush** (êxtase da procura do ouro), o turbulento desenvolvimento industrial, suas cidades vertiginosamente crescentes, com a luta econômica durante a guerra civil e as evoluções dos após-guerra, com os cada vez mais amplos e novos horizontes da economia, tudo isto não foi favorável a que se escrevesse com calma a História da imigração israelita, a dos aventureiros e dos bem-sucedidos, bem como a dos pobres, humildes e fracassados.

Em três ramos da vida econômica distinguiram-se os judeus desde os primeiros tempos.

1). — No comércio internacional do açúcar, importante produto no mercado mundial. No fim do século XVII, por exemplo, Rowland Gideon e sua família, residentes em Boston, vindos de Barbados, judeus portugueses, organizaram e dirigiram grandes negócios de exportação de açúcar, fumo e rum, de Barbados, Martinica, etc., para a Inglaterra. Rowland, mais tarde, transferiu sua residência para a Grã-Bretanha, onde viveu até o fim de sua vida. Esse comércio centralizado na

Grã-Bretanha, ofereceu grandes oportunidades, a partir de 1751, quando a metrópole inglesa proibiu às colônias fazerem negócios diretos de importação e exportação.

2). — Um produto de importância fundamental eram velas e óleo de baleia para a iluminação. Em meados do século XVIII, estabeleceram-se em New Port e Boston, as famílias Aron e Moisés Lopez e Isaac da Costa, como exportadores para a Inglaterra, e eles próprios distribuidores dos seus produtos no mercado americano. Aron Lopez era dono de 150 embarcações que serviram ao comércio com as Índias Ocidentais.

Em 1761, nove firmas produtoras estabeleceram um monopólio de velas, — talvez um dos primeiros monopólios que a história moderna registra, — figurando entre estes nove nomes os três de Aron e Moisés Lopez e de Isaac da Costa.

3). — A imigração de judeus alemães de 1840-1860, traz ao país gente que estabelece um novo ramo de negócios: a fabricação de vestimentas. Com a revolução francesa criara a burguesia européia emancipada aquilo que hoje se chama “moda”. Depois, os exércitos de Napoleão que necessitavam de quantidades até então insuperáveis de uniformes e de equipamentos, deram o primeiro estímulo para a fabricação em massa de tais artigos. — Os novos imigrados trouxeram então da Europa para os Estados Unidos a experiência já feita dessa fabricação por atacado, e um estilo de acordo com o gosto da época, — criando logo, em todo o país, uma nova e florescente indústria. No fim do século passado, 90% dos israelitas profissionais de Nova York, eram empregados na confecção industrial de vestidos. Em 1888, fundou-se o primeiro sindicato israelita, os **United Hebrew Trades**. A esta organização seguiram-se muitas congêneres no decorrer de bem poucos decênios.

Também nos centros da indústria de vestidos, fora de Nova York, em Chicago, Filadélfia, Rochester, a participação de judeus é grande, e não somente como empregados, mas igualmente como chefes das empresas que, em geral, se desenvolveram dos mais modestos inícios para grandes firmas, graças à energia e inteligência de seus fundadores. Além da fabricação de vestidos são as de móveis, de roupa branca, de vidro, de porcelana, de jóias, de couros, de víveres e a indústria de construções, os ramos da economia nacional a que se dedicaram os judeus com preferência. Vários banqueiros israelitas financiaram a construção das grandes ferrovias; o conhecido Paulo Warburg foi colaborador na criação do grande sistema bancário da **Fede-**

ral **Reserve**. Henry Morgenthau Jr. era secretário do tesouro nacional e conselheiro do presidente Franklin D. Roosevelt. É natural que, graças ao espírito democrático do país, judeus se encontram igualmente nas profissões liberais, nas artes e ciências, na física moderna, bem como no teatro e na produção de filmes. Na literatura nacional, bem como na publicidade, tomam parte ativa. O país pretendeu atrair e aceitar a “**intelligentsia**” dentre as vítimas do totalitarismo, e aproveitá-la para o seu próprio progresso.

A vida religiosa reflete as várias orientações do Judaísmo daqueles países, de onde vieram os imigrados. As primeiras comunidades tiveram caráter **sefaradi**; no século XVIII publicaram-se livros de rezas, copiados dos que se usavam nos respectivos centros europeus. A segunda onda imigratória, a de judeus alemães, trouxe ao país a orientação dos **ashkenasim**.

Nessas comunidades israelitas da América, que se desenvolveram em perfeita liberdade com tôdas as suas instituições, logo se fez sentir a tendência para reformas radicais do serviço religioso e da interpretação teológica. Com a chegada de rabinos, na segunda metade do século passado, implantou-se a orientação reformista, baseada no orgulho dos cidadãos desejosos de que a religião acompanhasse o progresso rápido do país. Entre os primeiros rabinos estavam os já mencionados Bernhard Felsenthal, Liebmann Adler e Isaac M. Wise, o qual proclamou que o

“Judaísmo americano deu início a nova era da história dos judeus”,

e exigiu adaptação da religião à vida e ao pensamento americanos. Centenas de comunidades aceitaram a ideologia da **Reforma**, introduziram o **Union Prayer Book**, livro de rezas integralmente remodelado, com reduzido conteúdo de textos hebraicos. Aos templos reformados estão, em geral, ligados os centros sociais e as escolas do ensino religioso, instituições altamente significativas para a vida espiritual e comunal, seja no meio cristão, seja no meio judaico. O grande mestre do movimento da Reforma foi o já citado rabino Isaac M. Wise, que criou um **Minhag** (rito) América, fundou a importante organização-teto da **Union of American Hebrew Congregations**, bem como o **Hebrew Union College** em Cincinnati (Ohio), primeiro instituto americano do ensino judaico superior e da formação de rabinos. Hoje se nota no movimento da Reforma uma nova tendência acentuada em favor da tradição, destacando-se

nela, como nos outros grupos, a ampliação do ensino religioso da juventude e da instrução dos adultos.

A ortodoxia recebeu um grande impulso no fim do século XIX, com a imigração vinda da Rússia, Polônia, Hungria. Fundaram-se, desde então, sinagogas com o velho rito tradicional, e **Yeshivôt** — colégios, — em que a velha instituição dos estudos religiosos do **Talmude** e da ciência rabínica está sendo conservada e evoluída. Ela tomou tremendo impulso com a vinda dos sobreviventes das **Yeshivôt** (colégios rabínicos) da Europa Oriental, depois da segunda guerra mundial. Grupos como a dos "**Lubawitscher**" da Lituânia, estão promovendo uma espécie de trabalho missionário nos meios judaicos secularizados.

Salomon Schechter, o grande mestre do **Jewish Theological Seminary of America**, fundado em Nova York no fim do século passado, criou uma orientação intermediária entre ortodoxia e reforma nos princípios dêste século. Este movimento conservador tomou vulto e hoje também se estende a outros países, em uma organização recentemente fundada: o **World Council of Synagogues**. As três orientações respeitam-se mutuamente em um sentido legitimamente democrático.

Interessante é o movimento da **Reconstrução** de Mordecái M. Kaplan, que representa uma filosofia e teológica dos grupos não-ortodoxos, interpretando o Judaísmo como uma "civilização com denominador religioso", pondo assim sôbre uma base comum tôdas as manifestações da vida judaica. — Todos os grupos religiosos são unidos no **Synagogue Council of America** (Conselho Americano de Sinagogas).

A vida cultural e educativa, jovem, muitas vêzes em efervescência, teve o seu modelo nas **Sunday-schools**, escolas dominicais, das igrejas cristãs. A tendência é hoje, em tôdas as denominações, a de intensificar a instrução em escolas cotidianas, ficando até o velho princípio americano da separação de Estado e Religião muitas vêzes suspenso em favor das escolas paroquiais, integrais, com matérias profanas e religiosas simultâneamente. Já mencionamos que com a vinda de grupos da Europa Oriental fundaram-se **Yeshivôt**, colégios de tipo rabínicos, modelados pelas experiências de além-mar. Organizam-se desde os últimos decênios eficientes institutos de educação dos adultos, bem como colégios do ensino superior judaico, além dos já existentes seminários rabínicos. Havemos nêste contexto de mencionar o **Dropsie College of Jewish and Cognate Learning** em Filadélfia, o mais velho e mais reputado

dentre muitos congêneres. Notáveis são duas organizações: a Fundação Hillel que cuida em tôdas as Universidades e colégios dos estudantes judaicos; — e a **Jewish Publication Society of America**, que tem por finalidade a difusão da literatura e do conhecimento do Judaísmo no vernáculo. Ela está empenhada agora na obra de uma nova tradução da Bíblia, — a segunda, — com a versão da Torá já publicada. Uma doação de grande valor, feita pelo Judaísmo americano à vida intelectual do País, ao ensino superior e à pesquisa é a Universidade de Brandeis. Ela se junta esplêndidamente a um sem-número de fundações e instituições beneficentes, especialmente hospitais, doadas pelos judeus americanos à sua Pátria.

Na vida social destaca-se a Irmandade, **Loja B'né Brith**, fundada em 1843 e que serviu de modelo a lojas congêneres no mundo judaico em quase todos os países, com finalidades de fraternidade e filantropia, bem como de promover iniciativas culturais e sociais; ela patroniza por exemplo a Fundação Hillel em favor dos universitários israelitas, da qual acabamos de falar. Correspondente à organização das famosas Associações Cristãs de moços e de moças, denominadas simplesmente de “**Y**”, fundaram-se desde há cem anos as instituições congêneres de Moços e Moças Judaicas “**Y**”, reunidas no **Jewish Welfare Board** (Diretório do Bem-Estar Israelita), o qual também tem filiais no exterior, e que serve de organização-teto para os capelães judaicos das fôrças armadas dos Estados Unidos. A maior eficiência dêste **Jewish Welfare Board** é exercida através dos movimentos dos “Centros Judaicos”, que servem para promover a vida judaica no mais amplo sentido, especialmente nas grandes cidades, diridindo-se à juventude e, de igual maneira, também aos adultos. A **National Conference of Christians and Jews** promove a fraternidade cristão-judaica e serviu de modelo em muitos países para organizações congêneres, como também em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O país reconhece a igualdade de todos perante a lei e o Estado. É óbvio que os grupos israelitas têm o maximo interesse na erradicação da discriminação, a qual na base do ensinamento judaico está estritamente interdita; — quase tôda a comunidade judaica, praticamente sem exceção, está ativa neste sentido, especialmente nos esforços decisivos empreendidos nos nossos dias. A vida social do país está longe de ser livre de preconceitos; geralmente a convivência entre judeus e não-judeus termina com o encerramento do expediente nas fábricas, nas lojas, nos escritórios, — e o tempo livre é vivido

em clubes que geralmente servem quase que exclusivamente a cristãos, ou judeus, ou negros, ou irlandeses, ou italianos, etc. — Nesta luta contra discriminação e preconceito está empenhado na primeira linha o **American Jewish Committee**, fundado em 1906, com o seu magnífico “Instituto dos Direitos Humanos”, com pesquisas reconhecidas, com publicações e intervenções sempre feitas em alto nível. Este **Committee** também presta a sua ajuda, de igual valia, a grupos não-judaicos, bem como àquelas comunidades israelitas no estrangeiros, que são ameaçadas pela discriminação, pelo anti-semitismo, e suas manifestações reacionárias. Também o **American Jewish Congress**, filiado ao Congresso Mundial Judaico, é muito ativo na representação dos grupos judaicos frente a todos estes problemas de luta e de defesa.

Impressionante é o quadro que apresenta o Judaísmo norte-americano; muito bem — às vêzes excessivamente — organizado, é êle uma aglomeração jamais havida, de massas judaicas em um único país, abrangendo hoje praticamente a metade numérica do Povo Judaico, com possibilidades que jamais teve uma comunidade israelita em tôda a História.

— XXII —

O SIONISMO.

Emocionados pelos bárbaros crimes dos **pogromes**, os judeus russos tornaram a abandonar o sonho de assimilar-se ao seu ambiente e voltarem à tradição espiritual israelita. Entre os emigrados, parte declarou a Palestina como o país adequado para o nôvo comêço e fundou, sob os mais pesados sacrifícios, colônias agrícolas em **Erez Israel**, então província negligenciada, mal administrada e atrasada, do Império turco.

Perez Smolenskin (1842-1885), empreendera o passo decisivo, ao pregar o renascimento nacional israelita e declarar o hebraico como sua língua oficial e viva. Criou-se nêsse velho idioma clássico uma obra nacional judaica de literatura e de pedagogia modernas. Até os oponentes que conservaram o **Yidish**, receberam novos estímulos pelo exemplo dado por Smolenskin. Este nacionalismo, longe de ser imperialista ou agressivo, deu às desesperadas vítimas do regime czarista um nôvo ideal, pelo qual lhes valia a pena viver, sofrer e lutar. Na Palestina foi Elieser Ben Yehuda o homem que nos princípios dêste século fêz o esforço bem-sucedido do renascimento do hebraico como língua falada.

Quando, no fim do século passado, a reação anti-semita na França, documentada no processo do capitão Dreyfus, emocionava as massas judaicas, estava em Paris como correspondente do jornal **Neue Freie Presse** de Viena, o folhetinista e escritor. Teodoro Herzl, que se tornou pai do movimento que se chama "Sionismo Político". Nasceu em Budapeste em 1860, era homem elegante, de ótima cultura e eloquência, educado nos ideais dos dois centros de Viena e Paris, favorito do público austríaco, vivendo como muitos dos judeus emancipados, longe do Judaísmo. Em Paris por ocasião do processo Dreyfus, defrontou-se, pela primeira vez com o problema judaico, o qual se tornara assunto político. — Declarou como única solução para a questão israelita, a de reconsiderar os judeus como um povo, proclamar isto em público, reconduzir êste povo por meio de tal proclamação e pela criação de um lar nacional, a uma situação normalizada, em que goze do mesmo direito e reconhecimento como tôdas as demais nações. Ele escreveu, em poucas semanas, em Paris um esboço para a realização prática das suas idéias, o famoso **Judenstaat** (Estado Israelita), considerando a Palestina como a pátria tradicional dos judeus.

Seus amigos chamaram-no de fantasista. Com esforços incansáveis pede o auxílio dos israelitas ricos, os quais assistidos por muitos rabinos, criam uma forte oposição. Também esforça-se por interessar o imperador alemão, o grão-duque de Baden, o sultão da Turquia e o ministro britânico das colônias com suas idéias. Encontrando obstáculos em tôda a parte, especialmente do lado dos judeus ocidentais, escreve um romance com o título de **Altneuland** (País velho e nôvo), em que apresenta o problema do transporte de massas a **Erez-Israel** (então Palestina).

As massas do Leste aclamaram-no com entusiasmo; um grupo de estudantes israelitas de Viena, a **Kadima**, declara-o seu "orientador, criador do Sionismo, movimento que zela pela recondução dos judeus a Sion, Palestina". Para 1897 convoca Herzl o primeiro congresso dos sionistas em Basiléia, depois que a comunidade israelita de Munique conseguira impedir que se abrigasse na sua cidade esta assembléia.

Em Basiléia confraterniza-se com o grupo dos **Chovevê-Sion** — amantes de Sion, — movimento organizado pelos judeus de Odessa, os quais, desde a primeira época dos **pogromes** russos nos últimos decênios do século passado, fomentavam a **Aliya**, imigração para a Palestina, e de cujo meio emanara a

importante brochura programática, **Auto-Emancipação**, da autoria do médico Leon Pinsker, que Herzl desconhecia. Naquêlê congresso é redigido o famoso

“Programa Sionista de Basiléia” que aspira “a criação de um lar nacional, públicamente reconhecido, para o povo de Israel”.

Os judeus abastados opõem-se cada vez mais, receiando que o Sionismo ponha em perigo os seus direitos civís nos seus respectivos países de domicílio. A assembléia dos rabinos norte-americanos em Richmond, declara em 1898, que a América é a Jerusalém e Washington, a Sion dos judeus americanos.

Herzl esforçou-se em transferir o problema judaico do terreno da filantropia para o da política, e por isso, receiosos de conseqüências políticas, os seus amigos ricos abandonaram-no no momento em que se concretizara a ocasião única de poder comprar todo o território palestinense. Fracassaram, enfim, as negociações com o sultão. Em 1903, a Inglaterra ofereceu primeiro o delta do Nilo, depois a Uganda Britânica, como lar para os judeus. O delta do Nilo não poderia ser cultivado, pois não lhe foi dada a concessão de irrigação artificial. Herzl pensou em Uganda, na África, como solução provisória. — O congresso sionista, ao cabo de sérias discussões e desentendimentos, recusa aceitar a oferta britânica. Especialmente os **Chovevê-Sion** não cedem, não querem abandonar o ideal de lutar pela velha Palestina como lar nacional. — Pouco tempo depois, Herzl faleceu de moléstia cardíaca, com as suas fôrças físicas esgotadas pela luta. Um entêrro que Viena jamais viu, testemunhou o quanto as massas o amaram.

Em meio da primeira guerra mundial necessitou a Grã-Bretanha com urgência de uma matéria prima, acetona. Um químico israelita, que da Rússia imigrara para a Inglaterra, então professor universitário, consegue inventar um processo nôvo de produção de acetona: Chayim Weizmann. O govêrno britânico pretende recompensar a sua contribuição valiosa para o esforço de guerra. Oferece-lhe, à sua escôlha, receber uma grande quantia de dinheiro, ou a admissão à classe dos nobres. Weizmann não quer ser homem rico nem pretende tornar-se Lord. Ele não pede nada para si, e tudo para seu povo judaico: **Erez Israel**. Devido à sua sugestão e ao esforço combinado dêle e de Nahum Sokolow, em 1917, em meio da guerra, — depois da conquista da Palestina pelas tropas britânicas — emitiu o govêrno britânico a famosa declaração de Lord Balfour.

Este, então ministro do exterior da Inglaterra, comunica em carta dirigida a Lord Rothschild em Londres, que

“o govêrno de Sua Magestade prestará a sua ajuda na criação do lar nacional israelita na Palestina,

a qual no tratado de Versalhes, foi transformada em país mandatário, administrado em nome da Liga das Nações, pela Inglaterra.

Chayim Weizmann torna-se a autoridade diplomática do Sionismo. Inicia-se a época do grande desenvolvimento que não é interrompido pelas ondas sucessivas de terror, para a qual parte da população árabe é instigada pelos reacionários políticos. Chegam os **chaluzim**, pioneiros, à Palestina; constroem uma cidade inteiramente israelita: Tel Aviv, — colina da primavera. Crescem, ao cabo de grandes esforços, as colônias rurais, com uma organização social nova, adaptada às necessidades dos “pioneiros” e do seu trabalho de reavivar o sólo estéril da Palestina, organização coletiva chamada em hebraico **kibutz**. Funda-se a **Jewish Agency**, como a representante nacional dos judeus que zelam pela colonização da sua velha pátria.

Durante a segunda guerra mundial vivem 600.000 judeus no país, terça parte dos quais está ativamente dedicada à defesa da causa aliada, apesar de uma política governamental que impõe a mais severa e incompreensível restrição à imigração das vítimas do totalitarismo no seu lar nacional.

Com mãos dadas, marcham o Sionismo político e o Sionismo cultural, fundado por Asher Ginsberg, chamado **Achad Haam** (homem do povo) que se esforçou para que, juntamente com a colonização da Palestina, se procedesse ao renascimento da cultura israelita e da sua língua hebraica moderna. Outro orientador do Sionismo cultural foi Chaim Nachman Bialik, poeta e escritor vindo do **yidish**, tornando-se o maior poeta hebraico desde os dias de Jehuda Ha-Levi. Além de ser narrador da tragédia dos **pogromes** e da triste situação em que se encontrava a mocidade israelita na Rússia czarista, é êle o poeta porta-voz do **Jishuv** (colônia), da geração dos jovens pioneiros. Fundou em Tel Aviv a casa editorial hebraica **Dvir** (recinto) e traduziu obras da literatura mundial para o nôvo idioma nacional. Na cerimônia do **Oneg-shabat** (30), nas tardes dos sábados, criou Bialik o ambiente psicológico para uma nova vida espiritual, cultural, coletiva, em **Erez Israel**, e conse-

(30). — Gôzo festivo do shabat.

guiu ao mesmo tempo pôr em contacto vivo e íntimo a velha tradição e a moderna vida nacional palestinese.

O Sionismo fundou em 1925 a Universidade Hebraica em Jerusalém, no intuito de cada vêz mais fortalecer e desenvolver as capacidades científicas e espirituais do povo judaico. No último decênio fundaram-se mais institutos de ensino superior. Ofereceu um lar a centenas de milhares de refugiados, conseguiu despertar novas esperanças, nova fé e nôvo orgulho nos corações dos matirizados, apresentando ao mundo exemplos do que são capazes a coragem e o heroismo no meio israelita, em nossos dias. Ele pode orgulhar-se de ter oferecido um nôvo aspecto para a solução do problema judaico e de ter estimulado o renascimento da cultura e da língua hebraicas. É de notar que também os seus adversários receberam das idéias que proclamou, novas diretrizes para a sua própria orientação.

— XXIII —

A CATASTROFE DE 1933-1945 E A ATUALIDADE.

Na véspera da catástrofe, em 1933, existiam 16 a 17 milhões de judeus aproximadamente, e dentre êles,

5.000.000 na Rússia,
4.500.000 nos Estados Unidos,
550.000 na Alemanha,
40.000 na Itália,
50.000 no Brasil,
250.000 na Argentina,
500.000 em tôda a América do Sul,
200.000 na Palestina.

Na primeira edição, em 1945, tínhamos terminado nêste ponto; hoje ousamos, pela primeira vez, descrever os acontecimentos da época atual.

Chegamos à tragédia máxima que o povo judaico sofreu em tôda a sua História, muito rica em acontecimentos desastrosos. Esta época foi igualmente um dos piores fracassos morais do gênero humano: a era do nacional-socialismo alemão a partir de 1933 (31).

A judeofobia, o ódio cego contra os judeus, foi endêmico desde as Cruzadas no povo alemão. Houston Stewart Cham-

(31). — Esta descrição baseia-se no parecer de Salo W. Baron, apresentado em Jerusalém durante o processo de Eichmann, e publicado com o título *Últimas Crônicas do Judaísmo Europeu* pela edição "Comentário", Rio de Janeiro, 1962.

berlain, nos fins do século passado, tinha cunhado o termo “científico” do “antisemitismo”, entendendo-se que não se tratava de adversidade contra os povos semitas, e sim contra o judeu. Geograficamente tinha a judeofobia o seu centro na Alemanha, espalhando-se pelos demais países de língua alemã, pelos países eslavos e pelos Balcãs, de preferência instigada por gente de descendência alemã, como no Império czarista. Os pretextos eram múltiplos, reduzindo-se, todavia, às seguintes motivações: supostamente “religiosas” como as Cruzadas, ou — a partir do século XVII — as atitudes do clero polonês; — aos olhos do povo: o ser o judeu diferente em seus costumes e hábitos; — a concorrência judaica nas profissões, nas quais êstes eram hábeis e experimentados pela sua história, usando-se a minoria consciente ou inconscientemente como bode expiatório, válvula de emergência, contra o descontentamento das massas. Exemplos dêsses temos: nos empreendimentos das Cruzadas, da Inquisição, nos massacres de Chmielnitzki na Rússia, a partir de 1648, na crise que sofreu a Alemanha de Weimar com o impacto das conseqüências do tratado de Versalhes que terminou a primeira guerra mundial e não deixou margem de existência à nova república.

Êstes motivos foram solapados pela teoria “racial” no nacional-socialismo alemão. Enquanto esta doutrina é inaplicável, pois na época moderna e nos estados modernos não existem “raças” no sentido biológico, declarou-se o judeu como abjecto, o totalmente máu elemento da civilização, e procedeu-se por etapas à eliminação social, profissional e enfim física do mesmo. Jamais se poderá entender como um povo civilizado chegou a tal ponto de erradicação e massacres maciços e sistemáticos, com os típicos meios de organização alemã. Ainda hoje os melhores elementos dentre aquela geração do povo alemão, assim como os sobreviventes dentre as suas vítimas, sofrem do choque traumático pelo qual passaram. Enquanto os instigadores e os praticantes dos crimes eram provenientes de quase tôdas as camadas sociais, foram originalmente os teóricos teológicos, especialmente os da Berlim imperial, e os professôres universitários, aquêles que tinham semeado o ódio; os latifundiários (*junkers*) prussianos, os industriais e os grupos de parlamentares, psicologicamente predispostos, de bom grado tinham aceito e difundido a propaganda, e a classe da burguesia média praticou até à última conseqüência o ódio da judeofobia, em tôda a sua selvageria.

Qual era a situação dos judeus às vésperas do holocausto que teve o seu início com o ano de 1933? O judeu europeu apre-

sentava-se desde a primeira guerra mundial em tôda a sua vitalidade.

Ele acompanhou a tendência generalizada da concentração nas metrópoles, com cêrca de dez milhões de almas habitando o continente europeu, dentre uma população judaica mundial de 16 1/2 milhões. Com uma baixa acentuada de reprodução, como todos os habitantes citadinos, já estava em recesso numérico em 1930, enquanto a sua capacidade de adaptação à nova situação criada com o término da primeira guerra mundial, era extraordinária. No Leste europeu foram criados pelos tratados de paz os assim-chamados Estados bi-e trinacionais. Eles receberam o estatuto de minoria nacional, com autonomia cultural e representação política, com sistema de educação própria, — enquanto no Oeste abriram-se-lhes as grandes possibilidades de emancipação definitiva e completa, no sentido do velho liberalismo, sob governos e constituições teoricamente democráticas. Refletiu-se êste liberalismo do Ocidente na admissão de muitos, quase excessivamente muitos, judeus nas profissões liberais, nas Universidades, na medicina, na jurisprudência, na publicística, nas artes, nas ciências, na literatura, nas novas indústrias.

Como nos séculos primitivos, os judeus tinham mantido os seus altos padrões de vida familiar, conseguindo superar influências corruptoras da civilização moderna. A emigração da Europa para ultra-mar era reduzidíssima até 1933, em resultado das medidas legais e administrativas nos Estados Unidos, enquanto outros continentes não exerciam atração vital. Assim se pode bem dizer que as comunidades não europeias eram de certo modo extensões demográficas do Judaísmo da Europa central e oriental, até forçosamente receberem estatuto de madureza, com a destruição dos centros do velho mundo.

Ainda nos **Gründerjahre** (anos de fundação) das indústrias, do comércio e do trânsito internacionais, a cooperação judaica era bem aceita e os judeus tinham os seus lugares destacados nos mesmos. Após um processo de burocratização e do consequente retrocesso da influência judaica desde o começo do século XX, chegou a crise política-social-econômica em razão dos inadequados tratados que puzeram término à primeira guerra mundial. Em vista dessa crise contínua, o “domínio judaico” — quer dizer a competição judaica — nessa ou naquela profissão, especialmente entre as profissões liberais, tornou-se alvo do anti-semitismo. Em vão preveniram os judeus aos seus vizinhos cristãos e os demais estadistas europeus e americanos acêrca do perigo que para **todos** significava o ódio racial.

Foi nesta atmosfera que um número cada vez maior de intelectuais judeus, cientes do “problema judaico” abraçaram o movimento sionista, receiosos que os esforços em manter a emancipação estavam para fracassar, — e empenhando-se, no sentido sionista, pelo restabelecimento do estatuto nacional do povo judaico, — contrariando a assimilação falhada, a favor de uma “dissimilação” nos Estados em que viviam, tendência esta que foi grandemente facilitada pelo estatuto de minoria que se lhes applicava na Europa Oriental. É óbvio que também os grupos esquerdistas e radicais, seja na Alemanha, seja nos demais países de língua alemã, na Rússia e nos territórios limítrofes, receberam influxo da parte da inteligência judaica.

Tudo isto é o fundo, sôbre o qual se desprende a tragédia de 1933. Ingredientes essenciais do nacional-socialismo eram o ultra-chauvinismo, a reação econômica, a inimizade declarada contra a religião tradicional, o anti-semitismo racial. Tudo isto já estava em ebulição antes de Hitler; por meio dêle, porém, recebeu as suas feições, a organização radical e diabólica de repúdio deliberado e integral, dirigido contra a religião, a moral e a humanidade, desprezendo e depois utilizando-se do que há de mais bárbaro nos instintos, e do mais selvagem na imaginação do homem. Muitas vêzes surgiu a pergunta, aliás justificada, de como judeus e não judeus não reagiram em grande escala contra esta selvageria organizada. É de observar que se utilizava de tal maneira de todos os instrumentos e meios de intimidação e de técnica avançada de repressão, que praticamente não ficou margem para a população burguesa resistir; e onde houve resistência, havemos de considerá-la como heróica, e aos seus praticantes como heróis de fato; e heroísmo pode ser reverenciado quando acontece, mas não pode ser exigido. Uma mentirosa propaganda e violenta supressão de todos os pontos de oposição reduziram ao silêncio a maior parte dos que divergiam da selvageria, inclusive até dentro das Igrejas. Alguns poucos clérigos das denominações cristãs denunciavam a perseguição da religião e da introdução oficial, forçada e glorificada de uma mitologia pagã, baseada em “sangue e solo”. Enquanto as Universidades, os sindicatos operários e a imprensa se entregavam incontinente e incondicionalmente, reduzidíssimo foi o número de homens que davam testemunho da sua fé. Eram exceções à regra; a grande maioria debandou. As perseguições aos judeus, em particular, provocaram mínima oposição por parte dos professores universitários e dos teólogos, — salvo raríssimas exceções.

Quando em 1938, todavia, na **Cristallnacht** (noite de cristal) os templos de Deus foram dinamitados, os sagrados objetos religiosos profanados e os homens arrastados como os escravos da éra da escravatura nas embarcações de galeras, então muita gente assistiu atônita, êsse espetáculo vendo no clarão dos incêndios o fanal de uma civilização; mas já era tarde, tarde demais.

Entre as provas de heroísmo que houve em todos êstes anos, sejam desde já relembrados indivíduos e famílias inteiras de cristãos verdadeiros, na Itália, Holanda, Bélgica, e especialmente nos Países Escandinavos, com seus soberanos, — assim como também famílias na própria Alemanha, porém em número insuficiente, — que com risco de vida esconderam e ajudaram judeus ante a ameaça de deportação e expurgo físico. A Igreja não interceu oficialmente em favor dos judeus, ela usava têrmos generalizados contra o vilipêndio, especialmente o Papa Pio XII, enquanto seu antecessor Pio XI muitas vêzes tinha assumido atitude clara, decisiva. O Papa Pio XII, todavia, — êle e muitos altos dignatários, silenciosamente prestaram sua ajuda cristã, mais ainda os pequenos clérigos locais e os conventos, nas zonas do perigo derradeiro.

Também do lado judaico houve provas de coragem e de heroísmo. Os movimentos de resistência e de guerrilheiros contavam com um relevante número de participantes judeus. Houve grupos de **partisans** e organizações clandestinas de combate, formadas de **chaluzim**, pioneiros israelenses; — conhecido é o nome da heroína Hanna Szenes. Nos **ghettos** houve levantes e resistência, sendo o mais famoso aquêle do **ghetto** de Varsóvia, em 1943, que herôicamente preferiu morrer combatendo a ser levado como o gado à carnificina e aos fornos de gás. Citamos duas canções que caracterizam o espírito que

“Jamais digas que andas no último caminho,
Os céus escuros predizem um dia com céu azul,
A nossa hora há muito ansejada, haverá de chegar,
Os nossos passos de marcha anunciarão: Estamos Aqui”.

E da poesia de Hanna Szenes, traduzida do hebraico:

“Bendito o fósforo que se consome em chama ardente,
Bendita a chama que arde na fôrça íntima do coração,
Benditos os corações, com fôrça dispostos a parar pela
causa da honra,
Bendito o fósforo que se consome em chama ardente” (32).

(32). — Salo W. Baron, *Parecer*, págs. 32-33.

reinava nêstes grupos de combatentes; uma dos **partisans**, traduzida do **yidish**:

Durante semanas se combateu no ghetto de Varsóvia, de casa em casa, inflingindo-se sérias perdas ao inimigo, até se esgotar a munição e se destruir com as armas mortíferas a pequena milícia judia.

Outro símbolo da coragem e da fé tornou-se o santo rabino Leo Baeck de Berlim, mestre do autor dêste relato. Ele poderia ter emigrado em tempo: o Congresso americano fêz uma lei especial em seu favôr, autorizando qualquer consulado a que porventura êle se apresentasse, a lhe conceder visto de imigração. Baeck não abandonou o seu rebanho. Quando o autor se despediu em 1936 do mestre, em Berlim, êste lhe deu a bênção e a resposta:

“Você deve ir e fundar nova vida judaica no além-mar, mas eu hei-de ficar aqui com os remanescentes”.

Em 1937 êle enviou uma mensagem para ser lida em tôdas as congregações por motivo do **Yom Kipur**, dia da expiação judaica, nos seguintes têrmos:

“Inclinamos as nossas cabeças diante de Deus e estamos erectos em frente dos homens”.

A **Gestapo**, polícia secreta, interditou a leitura, capturou Baeck, mas o conteúdo da oração ficou conhecido e a mensagem nela expressa, fortaleceu os degredados ante os carrascos. Baeck acompanhou seu rebanho ao campo de concentração de Teresienstadt. Lá o pastor das almas, de noite, no escuro, em uma barraca superlotada, ciente de que no dia seguinte os fiéis iam ser levados ao extermínio, os reuniu e estudou com êles Plato e Isaias, a ética do Judaísmo e o seu ensinamento prático, mantendo a moral e a dignidade humanas no meio de farrapos humanos. Por um engano êle foi mantido com vida e salvo. Também então não abandonou o resto que tinha sobrevivido, foi o último a sair do campo de concentração na hora da libertação. Quando os farrapos humanos libertados se propuzeram a tirar vingança, êle os impediu, declarando que a punição é de **Deus** e não dos homens, por tão monstruosos crimes. Sôbre pedaços de papel usado, no próprio campo, tinha escrito, na longa noite da tragédia sem-par, um livro que mais tarde foi publicado, com o título **Este Povo**, em que descreve e interpreta a existência judaica. Quando em 1952, em Nova York, houve um reencôntro entre o mestre e o aluno, e êste o perguntou a respeito de certos detalhes, êle retrucou:

“Tudo foi muito mais triste do que o mundo sabe. dispensai-me de responder”!

Um episódio similar aconteceu mais tarde, quando o Prof. Heuss, primeiro presidente da República Federal Alemã, é próprio vítima da perseguição, estava em Bergen-Belsen, para inaugurar no local do campo de extermínio um momento dedicado aos mártires. Um amigo do autor, testemunha da cena, que estava ao lado de Heuss, teve de segurar o orador, em pranto, que entre soluços declarou:

“Eu sabia muita coisa, mas não pude imaginar que tamanha tragédia tivesse acontecido”.

Estas foram as etapas do vilipêndio nazista:

Em janeiro de 1933 chegaram ao govêrno; o presidente von Hindenburg, na sua senilidade, cede o poder ao nôvo **Reichskanzler** Hitler. A doutrina é implantada: a da idolatria do Estado absoluto, radicada em sangue e solo “arianos”, a de destruir qualquer oposição, o aniquilamento moral e físico do judeu como “culpado” de tudo o que como obstáculo estava no caminho. A 1.º de abril de 1933 é declarado “boicote” aberto, as crianças judias e descendentes de judeus são eliminados das escolas. O judeu perde os direitos civis; primeiro são isentos os que estiveram na linha de combate na primeira guerra mundial; depois esta isenção é revogada, o judeu perde a emancipação, mais tarde a cidadania. Um sistema brutal impede-o de levar, como emigrante, quase nada das suas posses.

As horrríveis leis de Nuremberg confirmam a degradação do judeu.

O **Anschluss** (anexação) da Austria expande a aplicação da doutrina totalitária para além dos territórios alemães. Mais tarde, são os “não arianos” obrigados a usar o distintivo amarelo, símbolo medieval da peste, prescrito naqueles dias para os judeus usarem; — depois, têm início as evacuações em massa, primeiro para o Leste europeu, depois, no comêço da guerra, como a dos judeus do Palatinato e da Badênia, para os Pirineus.

O Judaismo alemão reagiu a esta primeira etapa. Em 1933 escreveu o **Jüdische Rundschau** (Panorama Judaico): “Usai com orgulho o distintivo amarelo”! — As comunidades organizaram-se em uma instituição-teto; fundou-se o **Kulturbund**, aliança cultural, para cuidar da educação de jovens e

adultos, para manter a vida cultural-artística. Estabeleceram-se as organizações de ajuda e de emigração, com assistência da parte do **American Joint Jewish Distribution Committee** e de outras instituições. A **Jugend-Aliá** (emigração de jovens para Israel) salvou muitas vidas da nova geração. Baeck assumiu, ao lado de auxiliares devotos, que mais tarde foram todos aniquilados, a chefia do Judaísmo alemão.

A segunda etapa coincide com o início da guerra. Antes desta data o regime diabólico tinha ainda um mínimo de receio para não perder a reputação perante os olhos dos demais povos e da Igreja, agora apresentava-se em tôda a sua nudez. As evacuações aumentam de ritmo; a Europa Oriental é invadida, as comunidades judaicas são exterminadas quase por completo. Abrem-se campos de trabalhos forçados, para onde são levados os judeus de todos os territórios ocupados, seja do Leste, seja da França, Holanda, Bélgica, etc.

Sòmente poucos conseguem achar refúgio, muitos dos escondidos são descobertos, como aconteceu com Anne Frank, de Amsterdão, que — por milagre — nos deixou as suas memórias. A última etapa é a horrível “solução final” nas câmaras de gases.

O mundo estava atônito, assistia como que paralizado. Muitos, infelizmente, foram aquêles que apesar da selvageria consideravam Hitler como meio de conter a expansão do comunismo, — os mesmos que tinham estima pelo fascismo de Mussolini. Êste não era de índole anti-semita, porém foi forçado a servir de simples satélite alemão. Grandes organizações internacionais judaicas como o **American Joint Jewish Distribution Committee**, espécie de Cruz Vermelha Judaica, o **World Jewish Congress** e outros, — bem como o **American Friend Service** cristão e o Reino Unido Inglês, tentaram fazerem o que estava ao seu alcance; infelizmente a Inglaterra como mandatária da Palestina sufocou qualquer imigração maciça para a Terra Prometida, com receio da reação do mundo árabe, expondo assim à morte certa milhões de infelizes.

A política do “apaziguamento”, psicologicamente, ajudou aos povos recusar-se a medidas de vulto e de salvamento maciço. James MacDonald foi declarado **High-Commissioner** da Liga das Nações para os refugiados. Em 1938 reuniu-se a conferência de Evian. O seu resultado foi sòmente retórico e sua consequência foi que MacDonald pediu demissão, enquanto a grande maioria dos países praticamente se fechou à imigração judaica, admitindo sòmente temporariamente refugiados em

número reduzidíssimo. O Brasil adotou o sistema de alteração, uma vez admitiu, uma vez deixou de admitir refugiados judeus. Por certo tempo o regime de Vargas deu ordens secretas aos consulados de além-mar, no intuito de recusar visas aos judeus, mas admitiu serem eles mais acessíveis à categoria de “judeus católicos”, descendentes de judeus e cripto-judeus. Assim deu-se o início de um nôvo marranismo, não só no Brasil, mas na América Latina inteira, onde reinava a mesma mentalidade em tôdas as partes.

Hoje não resta dúvida que a segunda guerra mundial, com tôda a sua tragédia, foi conseqüência da política de “apaziguamento”, praticada pela maioria das nações aliadas, inconscientes de que o holocausto judaico fôra o fanal da barbárie, prestes a expandir-se pelo mundo civilizado inteiro.

O Judaísmo e o povo judaico, apesar da sangria a êle inflingida com a destruição de mais de seis milhões de vidas preciosas, dentre 16 1/2 milhões, não ficou vencido. A comunidade israelita européia de antes deixou de existir quase completamente, exceto na Inglaterra e em esparsos remanescentes no continente, os quais não são mais comparáveis às belas **Kehilôt** (comunidades) da época gloriosa. A França está recebendo nos últimos anos uma nova população judaica vinda da África dô Norte, que se refugiou na metrópole ante às convulsões que acompanharam as lutas pela Independência dos antigos territórios semi-coloniais.

No Leste europeu há fragmentos reduzidíssimos de um Judaísmo florescente na Polônia; a Rússia, ainda de nôvo anti-semita na sua praxe administrativa, com seus 2 1/2 milhões de judeus, interdito o contato dos mesmos com o mundo israelita afora e com a sua religião e cultura; assim o corpo do Judaísmo ficou empobrecido pela comunidade russa bem como da dos países satélites, ameaçadas que são na existência pelo isolamento e pelo ambiente hostil.

“Só tardiamente, depois da guerra, foi sacudida a consciência da humanidade pelos campos de morte ((33)). Os homens começavam a considerar que um semelhante massacre de membros de um só povo pode servir como um oportuno precedente para o sacrifício de qualquer grupo, por qualquer razão mal visto por outro grupo que esteja no poder. A doutrina nazista de uma raça pura permanece uma ameaça para todos os tempos”.

(33). — Baron, *op. cit.*, pág. 40.

A estas palavras havemos de ajuntar a constatação de que a convenção internacional contra o genocídio se tornou somente uma sombra em comparação com aquilo que os idealizadores das Nações Unidas tinham almejado.

Após um milênio deixou o Judaísmo de ser fenômeno europeu.

Dois são os seus novos centros de gravitação:

O Hemisfério Ocidental e
o Estado de Israel.

Os novos Centros da Vida Judaica.

1). — A emigração dirigiu-se a países onde haviam possibilidade de imigrar e relações humanas, onde se achavam lugares na vida econômica, no intuito de reconstruir a existência humana. Em alguns casos (34) chegaram em parte como cripto-judeus, o que não foi culpa dos imigrados, e sim dos próprios países que os obrigaram a encobrir a sua origem por medo do anti-semitismo. Na grande maioria este neo-marranismo foi logo liquidado.

Os centros de imigração são os Estados Unidos da América do Norte, a América Latina e a América do Sul, a África do Sul e a Austrália, o Canadá e outros “domínios” do Reino Unido. Muitas vezes houve transmigrações. Geralmente os imigrados uniram-se aos grupos já radicados, fundando organizações e comunidades próprias. Em países jovens logo alcançaram os seus lugares na economia devido às habilidades inatas e à sua educação, como colaboradores responsáveis.

Nos países chamados sub-desenvolvidos, abriram novos ramos de atividades, como representantes nacionais e internacionais, criadores de indústrias novas, durante a guerra e o após-guerra. Grande foi a sua contribuição no esforço de guerra, muitos imigrados e seus filhos alistaram-se nos exércitos aliados em combate contra o inimigo comum.

Vindos de centros com tradição e organização, transferiram esta experiência para as criações de novas comunidades, **Kehilôt**, e associações, unindo-as mesmo às já existentes; muitas vezes puderam aproveitar-se da presença de rabinos que com eles tinham emigrado. Parte destas **Kehilôt** continua a viver no ambiente de língua e hábitos de além-mar, enquanto a grande maioria aceitou a nova orientação, adaptando-se à

(34). — Na América Latina.

língua e ao estilo educativo da juventude, no intuito de promover a evolução do ambiente judaico nos países que se lhes tornaram pátrias adotivas. Um entrosamento entre os velhos grupos e a nova população é facultado pelo crescimento de uma nova geração que desconhece as antigas diferenciações, e se educa em completa e harmoniosa convivência. — Já se fundam organizações-teto das comunidades, de ambientes nacional e internacional sul-americanos.

Altamente desenvolvidos são o desêjo e o esforço de servir ao bem e ao desenvolvimento dos novos países. Do ponto de vista econômico, geralmente esta imigração foi um sucesso; sob o aspecto sociológico-político, tudo depende da evolução da sociedade nos continentes novos. Uma vez que estas comunidades são tôdas relativamente jovens e que o desenvolvimento cultural é questão de tempo e de tradição, seria prematuro fazer constatações ou até prognósticos; — em todo o caso destacam-se esforços sérios também nesta direção; — existe um nôvo seminário rabínico sul-americano em Buenos Aires, recém-fundado, que tem por finalidade formar orientadores religiosos; — há editôras judaistas, também uma fundação para a difusão do livro judaico no vernáculo (Fundação Fritz Pinkuss na Congregação Israelita Paulista); — há institutos de Cultura Judaica, como também cadeiras universitárias dedicadas ao estudo e ensino do Hebráico e da Literatura, História e Cultura Judaicas, sendo a mais velha a da Universidade de São Paulo, existente como curso desde 1945, e desde há três anos incorporada em um departamento de estudos orientais, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

2). — A grande revelação daquilo que o judeu, batido, vilipendiado, é capaz, tornou-se o renascimento substanciado no Estado de Israel. E em resumo dos dados máximos, acompanhamos esta história quase milagrosa (35).

Recapitulamos o que foi já descrito: em consequência do anti-semitismo francês, manifesto pelo processo do capitão Dreyfus, publica Teodoro Herzl seu "Estado Judeu", convoca para Basiléia em 1897 o primeiro congresso sionista. Êste movimento ficou incentivado depois de uma onda de pogromes que se iniciara em 1903 em Kishinew, na Bessarábia, então território russo. O flagêlo se expande sôbre tôda a Ucrânia, terminan-

(35). — Anhembi n.º 124, março de 1961, trabalho de Marcus Margulies sôbre Israel, especialmente. pág. 17 em diante, em que se baseia êste resumo.

do somente em 1920. Iniciam-se movimentos migratórios para a Palestina, a qual passa das mãos do Império otomano para as da Inglaterra, sendo conquistada durante a primeira guerra mundial pelo exército de Lord Allenby. No mesmo ano de 1917 se faz a famosa declaração de Lord Balfour, que garante aos judeus o direito ao estabelecimento do Lar Nacional na Palestina, sem prejuízo dos direitos civis que os judeus possuem nos demais países da sua residência. A Inglaterra recebe oficialmente o mandato sobre a Palestina, em nome da Liga das Nações. Em meio das crises econômicas e políticas que surgem nos países e Estados multi-nacionais, fundados pelos tratados de Versalhes, desperta o anti-semitismo, como arma e válvula de emergência para o descontentamento. A Alemanha inicia a legislação racial que difama o judeu. Diante da pressão que fazem as massas judaicas, no intuito de refugiar-se no Lar Nacional, a Inglaterra restringe, ou quase suspende, por medo dos povos árabes, a imigração. Estas restrições ficam em vigor, enquanto o governo alemão, na guerra eclodida, promove o seu programa de aniquilação total dos judeus, ao qual sucumbem, como foi já descrito mais de seis milhões de almas. A Inglaterra proíbe a formação de uma força expedicionária judaica, impede por todos os meios até a imigração clandestina. Em 1947 resolve a ONU, em sessão dirigida por Osvaldo Aranha, fazer uma partição da Palestina, concedendo parte do território à Jordânia, e estabelecendo na outra parte um Estado Judaico, para os ali residentes e para os que sobreviveram ao massacre. A 14 de maio de 1948 proclama-se este novo Estado em Tel-Aviv, aceitando o nome de Estado de Israel. No momento em que a Grã-Bretanha termina o seu mandato, dá mão livre aos Estados árabes para se apoderarem da Palestina. O novo Estado fica proclamado; em meio a invasão e a guerra que eclodem na noite do próprio dia da declaração da Independência, mantem-se vigorosa e herôicamente, diante de tremenda força numérica dos assaltantes.

Desde o começo das ondas imigratórias, **aliyôt**, estas foram acompanhadas por reações da parte dos árabes, em fricções e até em guerras abertas. As etapas destes conflitos foram 1929, 1936, 1948 e a que teve como consequência a guerra do Sinai em 1953.

As razões da hostilidade foram em parte sentimentais, o medo diante da educação e da eficiência ocidentais dos **chalu-zim** (pioneiros israelitas), — o receio diante do progresso social que veio ao Oriente Médio, em comparação com a situação

lastimável das massas árabes, — o aparecimento do nacionalismo árabe na jovem geração da “intelligentsia”, — tensões internas nos diversos Estados que são desviadas em uma espécie de guerra sacra. Esta situação não deve cegar a compreensão histórica de que judeus e árabes eram povos parentes, e o futuro terá de restabelecer esta verdade.

A migração sionista não é simples resultado de procura de novos lugares e oportunidades, e sim que se baseia em motivos ideológicos. Enquanto ainda havia escôlha entre territórios dos mais variados, como em 1903 Uganda, **êste** país era a Terra Prometida, e **ela**, apesar de tôdas as dificuldades, sejam políticas, climáticas, ou de esterilidade do solo devida à negligência dos antigos donos turcos, srviu de renascimento nacional. Uma grande meta é a que se chama **Kibuz Galuyôt** (a reunião dos dispersos); tremendo é o êxito da colonização por meio dos **Kibuzim** (coletivos agrícolas e industriais), da redenção das terras áridas, da vida universitária, das ciências, tudo partindo de um povo que não está em estado de paz com seus vizinhos, e sim em provisório armistício muitas vêzes interrompido.

O país ainda não tem constituição, mas é uma democracia em perfeito funcionamento; tem diversas universidades e institutos de ensino superior e de pesquisa, como o famoso Instituto de Réchovôt; — tem freqüência obrigatória para tôda a juventude nas escolas; assimila material humano das mais variadas procedências, com níveis de civilização que variam da Idade-Média (entre os imigrados do Oriente) até o mais avançado estilo ocidental de educação; — tem equipes de cientistas de maior destaque; ajuda povos que recentemente adquiriram a Independência, a organizar-se e a aproveitar seus recursos técnicos. O exército é o grande fator da nacionalização e o grande educador da juventude; — os técnicos são os experimentados colonizadores; — ao lado das ciências avançadíssimas cultivam-se a filologia do Oriente Próximo e desenvolve-se o idioma moderno-nacional, o hebráico, a língua dos profetas. Um nôvo **Lebensgefuehl** (alento vital) domina a população, inspirado nos sucessos em todos os domínios, e antes do mais na coragem e inteligência dos pioneiros e do exército, capaz de proteger e defender o País contra os múltiplos perigos a que está exposto. A vida intelectual é altamente desenvolvida, em contraste ainda com a vida espiritual. A grande maioria não achou ainda um nôvo acesso à tradição religiosa, enquanto uma pequena minoria radical — e fanáticamente ortodoxa domina o que se pode chamar de vida reli-

giosa, ávida de assegurar, em termos medievais, o contróle da lei da família e do **status** religioso oficial. Um **Kulturkampf** está sempre às vistas; — enquanto o govêrno necessita dêstes grupos para junto com êles ter uma maioria para governar o país, êle é sàbiamente evitado.

Grupos evoluidos e responsáveis estão se esforçando continuamente para criar um Judaismo que corresponda aos conceitos espirituais da população moderna e emancipada que se recusa ao fanatismo dos “religiosos” e procura um acesso positivo para o homem dos meados do século XX às fontes da tradição do povo milenar. Não resta dúvida que os decênios a nossa frente farão crescer esta nova orientação e manter-se diante de um tipo de ortodoxia com uma mentalidade inadequada a acatar os problemas espirituais do homem moderno.

Para o Judaismo mundial torna-se Israel uma espécie de modêlo, capaz de demonstrar o que os que tinham de andar com as costas curvadas, se prontificam a fazer em liberdade, com coragem e fé.

A distribuição da população judaica hoje é a seguinte:

em Israel pouco menos de 3 milhões,
nos Estados Unidos da América do Norte 5 1/2 milhões
na Europa livre cêrca de meio milhão
nos países de traz da cortina de ferro 2 1/2 milhões
na América do Sul cêrca de 3/4 de um milhão (36); —
— ao todo mais ou menos 12 1/2 milhões, sendo o
número de judeus que vivem no Brasil, cêrca de 150.000,
com a distribuição de cêrca de 50.000 na Guanabara,
65.000 em São Paulo, o resto em quase tôdas as regiões
do País.

*

Ninguém é capaz de fazer previsões acêrca do futuro do gênero humano, desde que êste hoje possui pela primeira vez na História os meios de completa auto-destruição. Mas como otimistas que os judeus sempre têm sido, é de esperar que a humanidade haverá de entrar em uma nova fase da sua existência, — e no meio da mesma, — aquêle povo que deu ao mundo a religião de Moisés e dos Profetas, o decálogo, o ensinamento do amor ao próximo e inúmeras provas de fé, dinamismo e fôrça de manter-se, — colaborando assim no progresso verdadeiro nesta Terra.

(36). — Na Austrália e África do Sul algumas dezenas de milhares.

BIBLIOGRAFIA.

a) AS OBRAS DA HISTORIOGRAFIA GERAL DOS ISRAELITAS.

- Heinrich Graetz, **Geschichte der Juden**, Viena-Berlim.
Simon Dubnow, **Weltgeschichte des Juedischen Volkes**, 10 vol., Berlim 1925.
Marx-Margulies, **History of the Jews**, Filadélfia.
Artur Ruppin, **Sociologie der Juden**, 2 vol. Berlim, 1930.
Gustav Karpeles, **Geschichte der Juedischen Literatur**, 2 vol. Berlim, 1909.
The Jewish Encyclopedia, New York, 1901-1907.
Encyclopedia Judaica, Berlim 1928, 10 vol.
Juedisches Lexikon, Juedischer Verlag, Berlim.
Lous D. Finkelstein, **The Jews, their History, Culture and Religion**, 4 vol. Jew. Publ. Soc., Filadélfia, 1949/63.
Bernard J. Bamberger, **The Story of Judaism**. Union of Amer. Hebrew Congregations, 1957.
Leo Baeck, **Dieses Volk**, 2 vol. Europ. Verlagsanstalt 1955/57.
Karl Jaspers, **Vom Ursprung und Ziel der Geschichte**, Pieper, Munique, 1963.
The B'ne Brith Great Book Series, Washington, 1961.
Ernest Renan, **Histoire du Peuple Juif**.
Heinrich Graetz, **Die Konstruktion der Jüd. Geschichte**. ed. Schocken, Berlim, 1936.
Salo W. Baron, **A Social and Religious History of the Jews**. 10 vol. Jew. Publ. Soc. Filadélfia, 1952.
Cecil Roth, **Pequena História do Povo Judeu**, 3 vol. Fundação Fritz Pinkuss, São Paulo, 1962/63.
The Jewish People Past and Present, IVO, New York, 4 vol. 1954.
Commentário, Rio de Janeiro. Jan. — Março 1961: Fritz Pinkuss.
Dois Milênios de Migração Judaica.
Ismar Elbogen, **Geschichte der Juden**, Leipzig — Berlim 1920 (também em inglês).
Joachim Prinz, **Juedische Geschichte**, Berlim, 1931.
Emil Bernhard Cohn, **Die Juedische Geschichte**, Berlim 1936.

b) BIBLIOGRAFIA, NA SEQUÊNCIA DOS CAPÍTULOS.

- Bernhard Kittel, **Geschichte des Volkes Israel**, 3 vol. Stuttgart, 1912.
M. Soloweitschik, **Die Welt der Bibel**, Berlim, Juedischer Verlag.
Bertholet, **Kulturgeschichte Israel**, Goettingen.
Max Wiener, **Die Anschauungen der Profeten von der Sittlichkeit**
Elias Auerbach, **Die Profetie Jued.** Verlag, Berlim.
1909.

- C. Leonard Woolley, **Ur und die Sintflut**, Leipzig, 1930.
- A. S. Yahuda, **Die Sprache des Pentateuch in ihren Beziehungen zum Aegyptischen**, Berlin, 1929.
- Nelson Glück** **The River Jordan**, Jew. Publ. Soc. 1946. (Filadélfia).
——— **Rivers in the Desert**, Hebrew Union College Press, 1959.
- Julian Obermann, **Ugaritic Mythology**, Yale Univ. Press, 1948.
- Welhausen, **Israelit. & Jüdische Geschichte**, Berlin, 1921.
- André Parrot, **Le Musée du Louvre et la Bible**. Delacheau et Niestlé, Paris, 1957.
- Samuel Sandmel, **A Jewish Understanding of the New Testament**, Hebrew Union College, 1957.
- Leo Baeck, **Judaism und Christianity**, Jew. Publ. Soc., 1958. (Filadélfia).
- Yechezkel Kaufmann, **The Religion of Israel**, University of Chicago Press, 1960.
- Ismar Elbogen, **Der Juedische Gottesdienst**, Frankfurt-sôbre-o-Meno, 1931.
- Leo Baeck, **Das Wesen des Judentums**, Frankfurt-sôbre-o-Meno.
- Lazarus Goldschmidt, **Der Babylonische Talmud** (tradução) 12 vol., Berlin.
- Hermann Strack, **Einleitung in den Talmud**, Leipzig, 1908.
- Mielziener, **Introduction to the Talmud**, New York, 1925.
- A. Juster, **Les Juifs dans l'Empire Romain**, 2 vol. Paris, 1914.
- Travers Herford, **Das Pharisäische Judentum**, Leipzig, 1928.
- Leo Baeck, **Die Pharisaeer**, Berlin, 1934.
- Samuel Krausz, **Talmudische Archaeologie**, 3 vol. Leipzig, 1910.
- J. Benzinger, **Hebraeische Archaeologie**, Leipzig, 1894.
- Georg Caro, **Sozial-und Wirtschaftsgeschichte der Juden**, 2 vols. Leipzig, 1908.
- Wilhelm Bacher, **Exegetische Terminologie der Juedischen Traditions-Literatur**, Leipzig, 1899.
- Michael Guttman, **Das Judentum und seine Umwelt**, Berlin, 1927.
- Alexander Guttman, **Enthüllte Talmudzitate**, Berlin, 1930.
- Josef Klausner, **Jesus von Nazareth**, Berlin, 1930.
- Artur Drews, **Die Christusmythe**, Jena, 1924.
- M. Friedlaender, **Die religioesen Bewegungen im Zeitalter Jesu**, Berlin, 1905.
- James Parkes, **The Conflict of the Church and the Synagogue**, (Meridan), New York, 1961.
- Dom João Mehlmann, O. S. B., **História da Paléstina nos tempos do Novo Testamento**, "Revista de História", São Paulo, 1961, vol. XXIII.

- Louis D. Finkelstein, **The Pharisees**, 2 vol. Jew. Publ. Soc., Filadélfia, 1962.
- Edmund Wilson, **The Scrolls from the Dead Sea**, Fontana Books, New York.
- Theodor H. Gaster, **The Dead Sea Scriptures in English Translation**, Doubleday, New York, 1956.
- W. F. Albright, **Arqueologia da Palestina**, (hebraico). Am Oved, 1951. (Israel).
- **The Cronology of the Dead Sea Scrolls**, Baser, 1951.
- J. M. Allegro, **The Dead Sea Scrolls, The People of the Dead Sea Scrolls**.
- Millar Burrows, **Die Schriftrollen vom Toten Meer**, C. H. Beck, Munique, 1956.
- **More Light on the Dead Sea Scrolls**, Viking, 1958.
- F. M. Cross, **The Manuscripts of the Dead Sea Caves**, 1954.
- A. Dupont — Sommer, **The Jewish Sect of Qumran**, Londres.
- Yigal Yadim, **O rôlo da guerra dos filhos da luz contra os filhos das trevas** (hebr.). Instituto Bialik, Jerusalém, 1955.
- **Os rôlos escondidos do deserto de Judá** (hebr.). Schocken, Jerusalém, 1957.
- Yalon Sukenik, **Os rôlos escondidos**, 2a. vista, Kiriat Sefer 26 (hebraico) 1950, Israel.
- Ch. Rabin, **The Zadokite Documents**, Oxford, 1953.
- Zvi Caspi, **A Língua dos rôlos do mar morto em comparação com a língua da Bíblia**. Dissertação. Universidade de São Paulo, 1964.
- The Scrolls and the N. T.** ed. Krister Stendhal, S. C. M. Press, Londres.
- Cecil Roth, **New Light on the Dead Sea Scrolls**, em "Commentary", New York, 1964, pág. 27.
- Norman Bentwich, **Hellenism**, Jew. Publ. Soc., Filadélfia, 1943.
- Ignaz Goldziher, **Vorlesungen ueber den Islam**, Heidelberg, 1925.
- Abraham Neumann, **The Jews in Spain**, Filadélfia, 1942, 2 vol.
- Fritz Baer, **Die Juden im christlichen Spanien**, Berlim, 1929.
- Moses Ben Maimon, **Sein Leben, seine Werke**, 2 vol. Leipzig, 1908.
- M. Kayserling, **Geschichte der Juden in Portugal**, Leipzig, 1867.
- Michael Sachs, **Die religioese Poesie der Juden in Spanien**, Berlim, 1901.
- David Druck, **Yehuda Halevy, his life and works**, New York, 1941.
- Jehuda Ha-Levi, **Zionslieder**, Berlim, 1933.
- Moses Ben Maimon, **Fuehrer der Unschluessigen**, 2 vol. Leipzig, 1923.
- Husik, **A History of Mediaeval Jewish Philosophy**, 1916.
- Julius Guttmann, **Die Philosophie des Judentums**, Munique, 1932.

- Gershom Sholem, **Die Jüdische Mystik**, Alfred Metzner, Berlin, 1957.
- M. Guedemann, **Geschichte des Erziehungswesens unter den Juden**, 2 vol. Viena, 1880.
- A. Berliner, **Aus dem Leben der deutschen Juden im Mittelalter**, Berlin, 1900.
- J. Abrahams, **Jewish Life in the Middle-Ages**, Londres, 1896.
- Otto Stobbe, **Die Juden in Deutschland während des Mittelalters**, Braunschweig, 1866.
- Jacob R. Marcus, **The Jew in the Mediaeval World** (Meridan 1961).
- Johann J. Schudt, **Von der Frankfurter Juden Vergangenheit**, Frankfurt, 1934.
- M. J. Schleyden, **Die Romantik des Martyriums bei den Juden**, Leipzig, 1878.
- Ismar Elbogen, **Geschichte der Juden in Deutschland**, Berlin, 1935.
- Leopold Zunz, **Synagogale Poesie der Juden**, Frankfurt, 1920.
- Alexandre Herculano, **História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal**, Editôra Gouveia, São Paulo, 1945.
- Rocha Pombo, **História do Brasil**.
- Arnold Witznitzer, **Jews in Colonial Brazil**. Columbia University Press, New York, 1960.
- **The Records of the Earliest Jewish Community in the New World**, Amer. Jew. Historical Society, New York, 1954.
- Solidônio Leite Filho, **Os Judeus no Brasil**, Rio, 1923.
- Cecil Roth, **History of the Marranos**, Filadélfia, 1944.
- Werner Sombart, **Die Juden und das Wirtschaftsleben**, Leipzig, 1911.
- Denkwürdigkeiten der Glueckel von Hameln**, Berlin, 1930.
- Simon Dubnow, **Geschichte des Chassidismus**, 2 vol., Berlin, 1931.
- A. Horodezky, **Messianische Bewegungen im Judentum**, Leipzig, 1912.
- Max Wiener, **Juedische Geschichte im Zeitalter der Emanzipation**, Berlin, 1933.
- Selma Stern, **Der Preussische Staat und die Juden**, Berlin, 1925.
- Fritz Pinkuss — Saul Ascher, **ein unbekannter Theoretiker der Juden-Emanzipation**, Berlin, 1932.
- — **Moses Mendelssohns Verhaeltnis zur englischen Philosophie**. Fulda, 1929.
- Monumenta Judaica**, 2 vol., Colônia, 1963/64.
- Martin Philipppson, **Neueste Geschichte des Jüdischen Volkes**, 3 vol. Leipzig, 1907.
- Moses Mendelssohn, **Gesammelte Schriften**, Berlin, 1929.
- S. Schechter, **Studies in Judaism**, 2 vol. Filadélfia, 1908.
- David Philipppshn, **The Reform Movement in Judaism**, New York, 1907.
- Ismar Elbogen, **A Century of Jewish Life**, Filadélfia, 1944.

- Juden und Judentum in Deutschen Briefen aus drei Jahrhunderten**,
Viena, 1935.
- Diez Años de Obra Construtiva en America del Sud**, Buenos Aires,
1943.
- Caesar Seligmann, **Geschichte der Jüdischen Reformbewegung**, Frank-
furt, 1922.
- Lee M. Friedman, **Jewish Pioneers and Patriots**, Filadélfia, 1942.
- Mark Wischnitzer, **Die Juden in der Welt**, Berlim, 1935.
- Adolf Boehm, **Die Zionistische Bewegung**.
- Nahum Sokolow, **Die gesamte Geschichte des Zionismus**, Viena, New
York.
- Theodor Herzl, **Zionistische Schriften**, Berlim, 1934.
- **Tagebuecher**, Berlim, 1932.
- Achad Ha'am, **Am Scheidewege**, 2 vol., Berlim, 1904.
- Hans Kohn, **Nationalismus und Imperialismus im Vorderen Orient**,
Frankfurt, 1931.
- Juden im Deutschen Kulturbereich**, Jüd. Verlag, Berlim, 1934.
- Leon Poliakov-Josef Wulf, **Das 3. Reich und Die Juden**, Verlag, G. M.
B. H., Berlim, 1955.
- Jacob R. Marcus, **American Jewry, Documents**. Hebrew Union College
Press, 1958.
- Solomon Grayzel, **A History of The Contemporary Jews from 1900**,
Jew. Publ. Soc., 1962.
- M. M. Kaplan, **The Future of the American Jew**, MacMillan. New York,
1949.
- S. Dubnow, **History of the Jews in Russia and Poland**, 3 vol. Jew.
Publ. Soc., 1920.
- Ben Zvi, **The Exiled and The Redeemed**, Jew. Publ. Soc., 1957.
- Chaim Weizmann, **Trial and Error**, Jew. Publ. Soc., 1949.
- Hyman B. Grinstein, **The Rise of The Community of New York**, Jew.
Publ. Soc., 1945.
- Mark Wischnitzer, **To Dwell in Safety**, Jew. Publ. Soc., 1949.
- Uri Zvi Engelmann, **The Rise of the Jew in the Western World**.
Behrman's, New York, 1944.
- Marcus Margulies, em "Anhembí", Março de 1961, acerca de Israel.
- Solomon Liptzin, **Germany's Stepchildren**, Jew. Publ. Soc., 1951.
- Salo W. Baron, **Últimas Crônicas do Judaísmo Europeu**, ed. "Comen-
tário", Rio de Janeiro, 1962 (Instituto Brasileiro-Judaico de
Cultura e Divulgação).

FR. PINKUSS

Professor de Língua e Literatura Hebraica da Faculdade
de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São
Paulo.